



ABPJ.org.br

Associação Brasileira de
Psicologia Jurídica

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURÍDICA

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

João Carlos Alchieri

DIRETORA ADMINISTRATIVA

Cândida Helena Lopes Alves

DIRETORA CIENTÍFICA

Carmen Walentina Amorim Gaudêncio Bezerra

CONSELHO FISCAL

Priscila Souza Sinigalia (PRESIDENTE)

Reginaldo Torres Alves Jr.

Sandra Maria Baccara Araújo

REPRESENTANTES REGIONAIS

Christiane Sanches

Vice-Diretor da Regional Sudeste

Marcia Maria dos Santos

Diretor da Regional Sul

Cátula da Luz Pelisoli

Vice-Diretor da Regional Sul

COMISSÃO ELEITORAL

Lívia de Tartari e Sacramento - **Presidente**

Murillo Evandro de Andrade - **Vice-Presidente**

Cássia Regina de Souza Preto - **Secretária**

Daiane Rose Cunha Bentivi - **Secretária Adjunta**

Laura Pedrosa Caldas - **Diretora**

INTRODUÇÃO

O presente relatório de gestão descreve em linhas gerais o seguimento do processo gerencial da ABPJ no período de 2017 a 2019.

Apresentado em tópicos gerenciais não pretende substituir a importância dos documentos e de fontes originais de gestão, mas somente proporcionar ao sócio a leitura em linhas gerais da farta documentação que uma entidade gera mesmo em um curto período de tempo.

Incentivamos o associado a acompanhar junto a nossa página www.abpj.org.br a documentação oficial das diversas pastas (administrativa, científica, financeira e eleitoral) e demais informações da entidade.

João Carlos Alchieri
Presidente

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Do ponto de vista administrativo a diretoria de 2017 a 2019 encontrou diversos problemas, principalmente a partir da não observância e do fornecimento da documentação exigida pelo estatuto. A gestão anterior de 2015 a 2017 não encaminhou documentação alegando que a anterior a ela, 2013 a 2015, estava com posse de todo material administrativo. Diversos contatos realizaram-se desde junho de 2017 e, somente em 2018, tendo em vista o risco de ingerência administrativa e de tensionamento recebeu-se **cópias** de documentações da ex-presidente Aline Lobato. (ANEXO 1)

Na análise do material recebido verificou-se que nestes não estava, conforme preconizada pelos dispositivos estatutários, ou seja, sem atas de reuniões de diretoria de qualquer uma das gestões de 2011 até 2017, não havia prestação de contas referentes anuidade dos sócios, recebimento de valores da gestão de 2009 conforme consta em ata e valores oriundos do gerenciamento de inscrições de eventos e congressos realizados pela ABPJ. Não havia regimento interno, mesmo estando definida sua obrigatoriedade no estatuto, ausência de qualquer tipo de documentação quanto a pagamentos, impostos ou de declarações ao fisco com relação a entidade, tampouco quaisquer recibos de pagamentos ou declarações de sócios inscritos em qualquer uma das gestões anteriores.

Conforme pode ser observado na Ata da Assembleia Ordinária de Belém (2017) quanto a composição da diretoria, conselho fiscal e representantes regionais, ao longo da gestão 2017 a 2019, nem todos os membros designados pela assembleia na diretoria (o vice presidente Rui Joaquim Mateus, o diretor financeiro Leonardo Ferreira Faria e a diretora

administrativa Elquissana Quirino dos Santos) participaram efetivamente do exercício de suas funções, sendo substituídos como preconizado no estatuto, devido as recorrentes ausências nas reuniões como demonstrado nas atas de reuniões da diretoria de 2018 e 2019, bem como na Ata da Assembleia Extraordinária, em 2018. (Anexo 2) Os membros designados para a Comissão fiscal, Raimundo das Chagas Neto, Juliana Pavan Polli Almeida e Rodrigo Pontes de Mello, não foram identificados como sócios e mesmo com diversas tentativas não participaram ou realizaram quaisquer atividades, sendo necessário reconfigurar a comissão fiscal, com aprovação em Assembleia Extraordinária 2018.

A reconfiguração da diretoria com a inserção da diretora administrativa e a acumulação dos cargos de diretor financeiro por parte do presidente (pelo tempo escasso de exercício da gestão e da exigência bancária) manteve-se então vaga a vice-presidência. A diretoria efetivamente contou com três membros, presidente, diretora científica e diretora administrativa em sobreposição de atividades, e efetivamente realizou suas ações ao longo de 2019 sem solução de continuidade aos afazeres predeterminados pelo Estatuto e Regimento Interno.

Atualizando aspectos administrativos, fiscal e financeira da ABPJ, a atual direção pode constituir atividades com relações interinstitucionais, em âmbito nacional e internacional, saneamento das finanças, resgate das informações financeiras pendentes de prestação de contas e o acerto com o fisco.

Identificou-se informações dúbias e contraditórias na certidão de personalidade jurídica da ABPJ onde relacionava como endereço físico da ABPJ o campus universitário da UFPB. Em contato com a UFPB verificou-se o desconhecimento desta universidade sobre a situação da ABPJ, e que

compromete sobremaneira a credibilidade e sua segurança institucional. Dados do CNPJ em nomes de anteriores dirigentes e que não foram atualizados também foram observados, juntamente com uso deste documento em compras por parte da ex-presidente Aline Lobato identificados neste ano como desde 2017 até janeiro de 2019, fato que resultou em um Boletim de Ocorrência policial com vistas a apuração dos fatos. (Anexos 3 e 4)

Realizou-se a elaboração do Regimento Interno e de sua aprovação pela Diretoria, Comissão Fiscal e pela Assembleia Extraordinária, garantindo a congruência com o preconizado pelo estatuto. De igual forma foram elaborados regimentos internos igualmente para comissões fiscal, editorial e eleitoral da entidade.

As atividades dos representantes regionais foram realizadas no Sul e em contato frequente com a diretoria, as demais Sudeste, Centro Oeste e Norte não tiveram manifestações neste período de gestão. Identificou-se o uso inadequado, por membros representantes da regional nordeste Aline Lobato Costa e Ana Kalline Soares, ao promoverem eventos, atividades e congressos sem autorização da direção executiva e com uso de contas bancárias pessoais de Aline Lobato Costa para arrecadação de inscrições empregando nome da ABPJ no fornecimento de informes, páginas na internet, certificados, banners, recibos, canetas e links com logo da ABPJ. Mesmo com cartas, e-mails e contatos em datas anteriores ao evento, de forma a retificar tais procedimentos e, advertindo a ilegal atitude destas atividades, arrecadaram valores, criaram expectativas em participantes quanto a chancela da ABPJ, que mesmo após meses, buscam a associação solicitando certificados, anais e demais correlatos dos eventos. (Anexo 5 e 6)

Mediante Ordem Executiva a presente gestão destituiu a representação nordeste no dia 27 de agosto de 2018 e comunicou, desde a data, na home page que não compactua com esta pratica. Foram registrados em ata e em boletim de ocorrência policial tais atividades sob orientação jurídica com vistas a proceder ações de restituição do uso de imagem institucional, conforme Estatuto. (Anexo 7)

Visando a configuração e a atualização institucional da entidade retificou-se o domínio e a página na internet, compatibilizando a constituição da personalidade jurídica. A www.abpj.org.br é a nova marca da instituição congruente com os preceitos organizativos de uma entidade não comercial.

Foram elaborados a partir do solicitações de membros sócios, a constituição de grupos de trabalho com intuito de assessorar a entidade diante das exigências sociais e institucionais relativas a área de jurídica e forense. Cinco grupos estão constituídos com coordenadores e participantes e ao final de cada gestão apresentarão um resumo da suas contribuições e atividades. Espera-se com isso desenvolver sistemas de referência técnico científico que possa ser publicado e distribuído ao quadro de sócios da entidade, além de servirem de referência a instituições, sejam elas acadêmicas ou profissionais.

ATIVIDADES FINANCEIRAS

Sem qualquer tipo de informação com relação aos pagamentos por sócios e qualquer tipo de comprovação e prestação de contas de gestão e de eventos, em nenhuma das gestões de 2015 até 2017, às atividades financeiras iniciaram-se com a cobrança da anuidade referente a 2018.

Diante da recusa em atender solicitações de prestações de contas e qualquer informação atual sobre o estado financeiro das anuidades, a relação de sócios e sua documentação, a diretoria comunicou com transparência a todos interessados este fato na sua página ainda em 2018, abrindo a possibilidade de acertos com sócios que pudessem ter pendências. Sem resposta de interesse de adesão de qualquer sócio, inclusive membros de diretorias anteriores, passou-se a considerar tão-somente ao exercício de 2018 com o início das atividades sociais, não havendo possibilidade de identificar pertencimento anterior ao quadro societário e conseqüentemente cobranças de débitos anteriores. Salienta-se que conforme preconiza o Estatuto Art. 27 paragrafo único para manter-se como membro, inclusive fundador, há necessidade de atender o pleno gozo dos direitos estatutários. Em assim sendo, a nominata de sócios, suas diferentes personalidades e numeração inicia-se a partir das inscrições de 2018.

Contratou-se um serviço de auditoria independente para com base em informações até então presentes no site da entidade (www.abpj.com.br) de eventos e inscrições de interessados, para verificar o estado financeiro e fiscal da entidade (Anexo 8). O laudo contábil adicionado nos documentos demonstra os resultados observados. (Anexo 9)

A comissão fiscal necessitou ser reconfigurada, pois os nomes constantes na Ata da Assembleia de Belém em 2017, não foram identificados na entidade, como sócios, não estavam quites conforme preconizado pelo estatuto e, nem tampouco atenderam aos chamados na página para contato ou em redes sociais. A comissão fiscal reconfigurada, e aprovada em Assembleia Extraordinária 2018, conjuntamente ao seu regimento interno, definiu-se no presidente e dois membros, e avaliou as contas da entidade da atual gestão, acompanhando todos os aspectos e o balanço financeiro, por meio de extratos bancários encaminhados, bem como o relatório da auditoria fiscal contratada. A comissão fiscal, ainda mais uma vez, buscou contato com as gestões anteriores, solicitando prestação de contas das gestões e de eventos realizados, sem sucesso, sendo obrigada, portanto, a reprovar as contas das gestões 2011 a 2015 e 2015 a 2017.

Atualmente a entidade conta com uma base de sócios documentada conforme exigência estatutária e regimental, com documentações comprobatórias, dados de identificação, recibos de pagamento e o acompanhamento do estado societário dos seus integrantes, caracterizando assim, transparência gerencial.

ASPECTOS FISCAIS

A ausência de qualquer tipo de documentação comprobatória de recolhimento de encargos, taxas e impostos da entidade motivou a atual gestão a contratar, conforme contemplado no estatuto, um serviço contábil de assessoria, visando obter informações sobre o seu estado financeiro e fiscal. (Anexo 10)

Evidenciou-se encargos decorrentes do não cumprimento legal institucional das gestões de 2013 a 2017 que oneraram a atual gestão, e obrigada a arcar com pagamento. Muito embora uma única declaração no período de 15/09/2015 assegurasse a ausência de débitos, basta ver que o CNPJ foi obtido em 23/03/2015, ou seja a ausência era devido a recente inscrição da entidade. (Anexo 11)

Cabe salientar que os recursos advindos de anuidades dos sócios, inscrições a eventos e congressos cobrados por membros das gestões anteriores não foram depositados em conta da entidade, geridos por esta e, tampouco objeto de encargos fiscais, caracterizando descumprimento da legislação. (Anexo 8)

RELAÇÕES INTER INSTITUCIONAIS

Durante atual gestão esforços com intuito de obter relações institucionais de caráter técnico científico foram realizados com sucesso.

Atualmente no cenário nas internacional a ABPJ inseriu-se junto da **Red Iberamericana de Asociaciones Nacionales de Psicología Jurídica y Forense** além de colaborar com grupo internacional da **American Psychological Association APA** sobre terrorismo.

No cenário nacional vinculamos cooperações técnico científicas a entidades com **Sociedade Brasileira de Psicologia** ao **Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira FENPB** do Conselho Federal de Psicologia, além de iniciarmos esforços com outras entidades. (Anexos 12 a 14)

ATIVIDADES CIENTÍFICAS

A partir da decisão da Assembleia Extraordinária em retificar a data de realização do Congresso da ABPJ de 2019 para 2020, foram desenvolvidas ações correlatas de caráter técnico científico e de qualificação profissional de seu quadro de sócios.

Realizou-se de 22 a 23 de junho de 2018 com entidades congêneres Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRP MA), Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB MA), Hospital Nina Rodrigues (HNR), no Maranhão o I ENCONTRO MARANHENSE DE PSICOLOGIA JURÍDICA E DIREITOS HUMANOS. (Anexo 15)

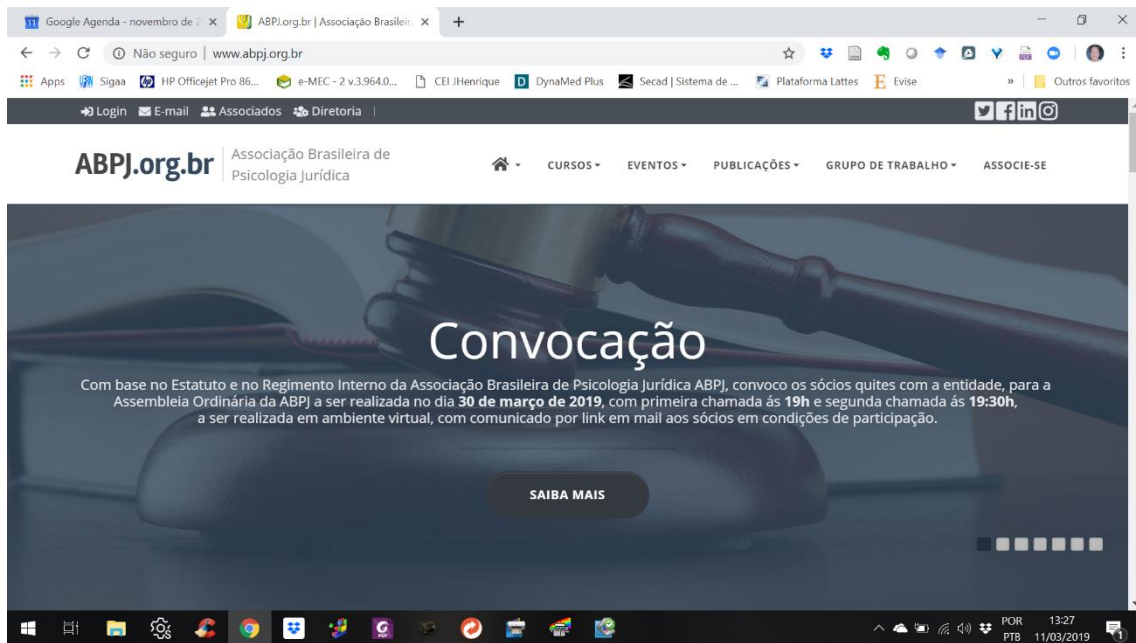
Cadastrou-se a ABPJ enquanto editora voltada para publicação de livros e periódicos no cenário nacional, em parceria com colegas de todo país e do exterior. Como produto publicamos dois livros eletrônicos francamente distribuídos aos sócios com selo institucional da ABPJ e cuja distribuição acontecerá na própria página da entidade. (Anexos 16)

Desenhando ações e produções editoriais, elaborou-se edital para o implemento de uma comissão editorial para responder as produções científicas da entidade com regularidade e atualidade.

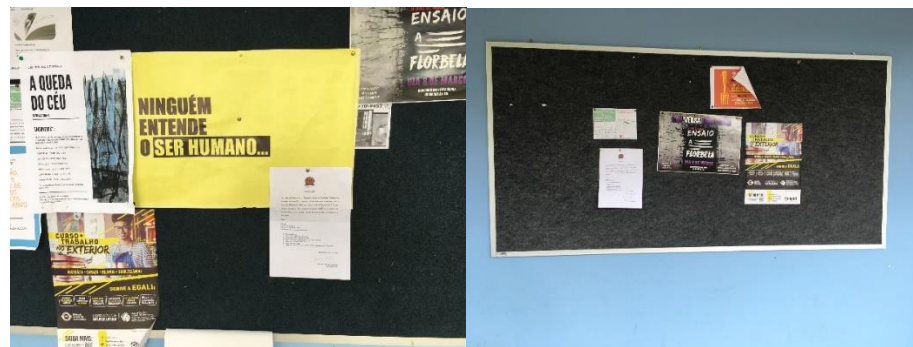
Acompanhando cenário institucional internacional de valorização da qualificação profissional elaborou-se proposta de certificação de competência profissional a ser apresentada em próxima Assembleia visando caracterizar com denodo o empenho e interesse da entidade na qualificação de seus membros.

ANEXOS

Convocação Assembleia Ordinária 2019 (Anexo 17)



PUBLICIDADE ELEIÇÕES UFRN INSERIDA EM 05 DE MARÇO DE 2019 EM DIVERSOS MURAIIS



Prezado, Dr. João Carlos Alchieri
Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica ABPJ

Conforme sua solicitação segue abaixo relação de documentos recebido das gestões anteriores.

1 Gestão 2013/2015 – Aline Lobato

- 1- Ata da Assembleia Realizada em João Pessoa no dia 12/02/2015
- 2- Lista de Presença
- 3- Edital de Convocação para eleição e posse da diretoria em 20/03/2015

2 Gestão 2015/2017 – Altire Ponciano

- 1- Ata da Assembleia geral de eleição e posse realizada em João Pessoa no dia 10/04/2015
- 2- Lista de Presença
- 3- Contrato de Prestação de Serviço com a CM Comunicação para realização do II Congresso Brasileiro
- 4- Ata de assembleia geral realizada em Salvador no dia 19/11/2016

3 Gestão 2017/2019 – João Alchieri

- 1- Ata de Assembleia Geral realizada em Belém-PA no dia 04/07/2016
- 2- Estatuto da Associação
- 3- Certidão de Personalidade Jurídica
- 4- Certidão de Registro
- 5- Lista de Presença
- 6- Edital de Convocação de assembleia geral para eleição da diretoria executiva para o período 2017/2019
- 7- CNPJ
- 8- Anexo 2 – Contem Relação da diretoria e dos sócios fundadores.

Relatórios Financeiros:

Gestão 2013/2015 – Aline Lobato

- 1 Nada consta em relação as informações, financeiras, fiscais e contábeis referentes a gestão. 2013/2015

Gestão 2015/2017 – Altire Ponciano

- 2 Nada consta em relação as informações, financeiras, fiscais e contábeis referentes a gestão. 2015/2017

Gestão 2017/2019 – João Alchieri

- 1 Em Andamento



Campina Grande PB, 09/04/2018

Estelio Pires de Almeida

Contador CRC-PB 008823/0-3

Perito Contábil CNPC 5630

**ATA DA I ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE PSICOLOGIA JURÍDICA ABPJ**

Aos vinte três dias de outubro de 2018 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária por videoconferência (SKYPE) às 20h na primeira chamada com os membros da Diretoria da ABPJ, João Carlos Alchieri Presidente e Carmen Gaudêncio diretora científica os membros inscritos e em direito de participação (Art 27 Parágrafo Único): Livia, Cândida, Cátula e Reginaldo sendo aguardada a segunda chamada às 2030h com vistas a verificar a composição dos participantes. Às 2030h foi então aberta efetivamente com os participantes presentes: João Carlos Alchieri (Presidente da ABPJ e da Assembleia Extraordinária CPF 34616055068), Cândida Helena Lopes Alves (CPF 61771820381), Andrea Keust Bandeira de Melo (CPF 58984771449), Carmen Walentina Amorim Gaudêncio Bezerra(CPF39013340415), Livia de Tartari e Sacramento (CPF 29112670871), Tânia Regina Tourinho (CPF18661327253), Reginaldo Torres Alves Júnior (CPF 77928261120), Elizabete Coelho (CPF 31692230034), Beatrice Marinho Paulo (CPF 4303837709), Cátula da Luz Pelisoli (CPF 98743759068), Andreia Soares Calçada (CPF 401036766), Tamara Dias Brockhausen (27350268840), Sandra Dias (CPF 52254445804), Regina Castello Avila (CPF 93891938853), Sandra Maria Baccara Araujo (CPF 20842171649), Eliara Marinho Pontes Ramos (CPF 14842116854), Renata Bento (CPF 7586285799), Priscila Souza Sinigalia (CPF 34819044877). Conforme explicitado na convocação datada de seis de outubro de 2018 a pauta iniciou com 1. Apresentação de novos sócios, com a exposição do presidente das inscrições pelo site da ABPJ (www.abpj.org.br) e o crescente número de buscas sendo a primeira vez que se define dados de documentação dos participantes e recibos de acerto da anuidade. 2. Aprovação do Regimento Interno ABPJ. O presidente historiou sobre a proposição constante desde as primeiras assembleias de constituição da ABPJ e da descrição no Estatuto da necessidade do Regimento Interno, contudo até o final da gestão do presidente Altieri Duarte Ponciano Lima o Regimento Interno esboçado por este não havia sido elaborado, tampouco aprovado. Informa presidente Alchieri que este foi completado com base na versão da Diretoria anterior e apresentado em Reunião de Diretoria em 30 de Abril de 2018 sendo publicizado no site naquele momento. Em votação os membros manifestaram unanimemente a aprovação do Regimento Interno. Esclarece o presidente Alchieri que o Regimento Interno e toda



documentação da ABPJ está acessível no site. 3. Aprovação da substituição da Diretora Administrativa 4. Foi exposto pelo presidente ausência da Diretoria Administrativa Elquissana Quirino dos Santos em nove reuniões, que motivou a consulta aos sócios e a votação de Cândida Alves com base no preceito do Estatuto (artigos 13 e Parágrafo Único e artigo 28 parágrafo segundo), e que na próxima reunião de diretoria se apreciará da situação dos demais diretores, na possibilidade de faltas superiores a três reuniões previamente agendadas, no caso os diretores (Leonardo Faria Diretor Financeiro e Rui Mateus Vice-presidente). Por unanimidade os presentes aprovaram a colega Cândida Alves para a Diretoria Administrativa. Esclarece o presidente Alchieri que infelizmente haverá por força do Estatuto a necessidade de novas reconduções da Vice presidência e da Diretoria Financeira, haja vista a sistemática ausência dos colegas as reuniões, Reginaldo Jr manifesta a observância deste aspecto frente a finalização da gestão e a possibilidade de comprometimentos administrativos, ao que Alchieri informa que o último ponto, sobre congresso da ABPJ reflete já este cenário, mas que o descreverá detalhadamente posteriormente nesta assembleia. Indicação e composição de 2 membros para Comissão Fiscal. Expõe o presidente que os nomes indicados pela assembleia geral em Belém para a composição do Conselho Fiscal (Raimundo das Chagas Neto CPF 002911202-88, Juliana Pavan Polli Almeida CPF 311873128-19 e Rodrigo Pontes de Mello CPF 031764784-96) não atendem o Estatuto (Art. 27 e Parágrafo Único), havendo necessidade de redefinição do Conselho Fiscal com integrantes sócios e em gozo de seus direitos. A assembleia deliberou sobre as atividades da Comissão Fiscal e os sócios Priscila Sinigalia CPF 348190448-77, Reginaldo Torres Alves Jr CPF 779282611-20, e Sandra Maria Baccara Araujo CPF 208421716-49 se propuseram a participar no Conselho Fiscal sendo por unanimidade da assembleia aprovados. O presidente informa que encaminhará todos documentos, dados da auditoria realizada e cópias (disponibilizadas no site atualmente) aos colegas para o início dos trabalhos. 5. Aprovação de contratação de assessoria para o site e empresa contábil Presidente Alchieri informa que devido as dificuldades técnicas com o administrador anterior do site da ABPJ, das dificuldades deste em fornecer dados das inscrições de eventos realizados pelas gestões anteriores foi descontinuado o serviço em agosto de 2018. Acrescenta que está verificando informações de empresas de gerenciamento de site e de assessoria contábil, (devido a Auditoria evidenciou-se inclusive irregularidades sem prestações de contas das gestões anteriores) e considera importante que a entidade possa ser assessorada por empresas na sua atuação. Os presentes expressaram concordância e por

unanimidade a necessidade de a ABPJ ser assessorada por serviços contábeis e de informática.

6. Substituição Representação Nordeste
Esclarece o presidente da situação do Congresso Internacional em Fortaleza conduzido pelas representantes da região nordeste quanto ao uso de conta pessoal para depósito dos valores das inscrições do congresso como de elaboração da ABPJ (parte do domínio da internet sem autorização, histórico da entidade, logo, nomes e descrições de metas e objetivos da entidade), tais aspectos não coadunam ao preconizado pelo estatuto da ABPJ como de um evento. O presidente João Alchieri esclarece a Diretora Científica que as representantes foram informadas por e-mail (copiado a todos os membros diretores) e por carta, da improbidade de uso do nome da ABPJ em benefício próprio disposto no Estatuto Artigo 5º. e no Regimento Interno Artigo 50, Parágrafo Único (depósito em conta privada e não da entidade, uso da página em site sem solicitação, uso do domínio abpj.com.br para divulgação e promoção do evento sem aprovação da diretoria), contrariamente ao preconizado pelas normas da entidade, desde junho de 2018. Diante do exposto informou-se publicamente no site da ABPJ que a posição da associação é de não coadunar com esta prática que fere princípios públicos e institucionais e que a entidade não tem anuência ou aceita passivamente esta conduta. Deliberada a gravidade dos fatos definiu-se conforme o Estatuto, na Ordem Executiva da diretoria, de afastar das atividades de Representantes da Região Nordeste Aline Lobato e Ana Kalline Soares por infringência as normas estatutárias quanto aos aspectos administrativos e financeiros. A nota desta decisão conforme estatuto foi publicada no site, sendo a representação temporariamente conduzida pela Diretora Carmen e o Presidente para evitar solução de continuidade. Informou ainda o presidente que até o momento não houve posição do vice-presidente, do diretor financeiro sobre o ocorrido, estando eles no evento. A assembleia solicita esclarecimentos e Tamara Dias comenta da conduta que difere da posição formal da entidade. Por unanimidade a assembleia ratifica o afastamento das representantes da Região Nordeste Aline Lobato e Ana Kalline Soares. Devido a necessidade de manutenção de representação, da impossibilidade de colegas de outras regiões assumirem o cargo a diretoria científica e o presidente se dispuseram em continuar até o final da gestão esta representação acumulando funções.

7. Definição do Congresso da ABPJ. O presidente informa que conforme definido na assembleia em Belém a ABPJ em 2019 conduziria um congresso em São Paulo capital sendo este presidido por Rui Mateus vice-presidente. Explica ainda que conforme se evidencia nas atas das reuniões da diretoria o vice-presidente ausente não informou ou mesmo definiu sequência da realização do

evento. Diante do tempo de gestão encerrar em março de 2019, do curto prazo de tempo de preparação, da inexistência de ações de planejamento e das ausências frequentes do vice-presidente responsável pelo evento Rui Mateus, Alchieri propõem a assembleia decidir quanto a data de realização do Congresso da ABPJ, em 2019 ou 2020. Lívia, ponderou sobre o tempo e a necessidade de mais organização em um evento, Cátula e Reginaldo confirmam a exigência de tempo de preparação, Carmem pondera quanto aos preparativos exigirem mais organização. A assembleia por unanimidade postergou a data do Congresso da ABPJ para 2020 de forma a preparar e a subsidiar esforços de planejamentos. Discussões sobre ações correlatas de eventos se manifestam e informa Alchieri que dado o caráter da Assembleia Extraordinária, não se pode agregar novos pontos de pauta, instruído a todos que dado o atendimento do previsto para reunião, esta encontrava-se atendida e devendo ser encerrada. A reunião foi encerrada às 22:41h, e eu João Carlos Alchieri redigi a presente ata.

Natal 23 de outubro de 2018



[Handwritten signature]
João Carlos Alchieri
Presidente

4º Ofício de Notas Tabelô Maria de Fátima Rebouças Sampalo
Hugo Franco Sampalo
Mário Alfredo Rebouças Sampalo

Av. Engenheiro Roberto Freire, 2920 - Shopping Cidade Jardim - Capim Macio - CEP 58062-400 - Natal - RN
Fone: (84) 3217.9900 - Fax: (84) 3207.2584

Reconheço por semelhança a firma de **JOÃO CARLOS ALCHIERI**
(AJH00010042). Dou fé.
Natal, 14 de Novembro de 2018 - 15:04:27.
15422DNA18664503

Em testemunho _____ da verdade.
Tabelô (o) Substituto _____

***VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE - ELIANE**



CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO, a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo os livros do arquivo do Registro Civil das Pessoas Jurídicas a meu cargo neles verifiquei CONSTAR Registrado sob número: 733.268, Livro A- 614, em 17.03.2016 um ESTATUTO SOCIAL, em nome da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURIDICA - ABPJ. Certifico, ainda, que verifiquei constar averbado as margens do presente Registro o seguinte documento: 1) Ata de Eleição registrada sob número 746.332 Livro A-678, em data de 29.03.2016; Certifico, mais, que até a presente data, não consta qualquer BAIXA da referida Pessoa jurídica. O referido é verdade e ao arquivo do Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, me reporto e para constar mandei emitir esta Certidão contendo 01 página, que subscrevo e dou fé aos 05 dias do mês de Setembro de dois mil e dezesseis em João Pessoa/PB.///////

Selo Digital: ADS12099-HZGI Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

O Oficial do Registro
Kleber C. T. B.
Tabelião Subs. o





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS
EMITIDO EM 21/09/2018 11:56

DOCUMENTO 23074.062457/2018-87

Cadastrado em 21/09/2018 11:56



Documento disponível para recebimento com
código de barras/QR Code

Número:

5648/2018

Unidade de Origem:

PROCURADORIA JURIDICA (11.01.05)

Identificador:

Ano:

2018

Tipo do Documento:

SOLICITAÇÃO

Assunto do Documento:

995 - PEDIDOS, OFERCIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS

Assunto Detalhado:

SOLICITA COMPROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO/PERMISSÃO/CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURÍDICA

Nome(s) do Interessado(s):

JOÃO CARLOS ALCHIERI

E-mail:

Identificador:**Observação:**

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data Envio	Destino
21/09/2018 11:56	PU - GABINETE DO PREFEITO (11.00.39.13)

01

Enc: Declaração

Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira

qui 20/09/2018 11:49

Para:PF-UFPB/PB - Contencioso <pfufpb.contencioso@agu.gov.br>;

1 anexos (737 KB)

Certidao de personalidade.pdf;

Encaminhar à Prefeitura Universitária solicitando informação sobre a existência e, em caso afirmativo, comprovação da autorização/permissão/cessão de uso de espaço por essa associação.

Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira

Procuradoria Federal junto à UFPB

Procurador-Chefe

Coordenador do Fórum de Educação da PGF

(PORTARIA/PGF n.º 875, de 14 de dezembro de 2016)

De: Joao Alchieri <jcalchieri@gmail.com>

Enviado: quinta-feira, 20 de setembro de 2018 10:55

Para: PF/UFPB - Procuradoria Federal junto a UFPB; Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira

Assunto: Declaração

Prezados colegas da UFPB

Conforme Certidão de Personalidade Jurídica (em anexo) a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica tem sede na UFPB desde 2015. Assim sendo com vistas a ratificar a manutenção desta informação, venho mui respeitosamente solicitar Declaração de anuência desta residencia institucional.

Atenciosamente

--

Dr. João Carlos Alchieri

Prof. Associado do Departamento de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica ABPJ

Fone: 55 84 32153590 R:230 celular 84 91018611

Campus Universitário Natal, RN Brasil

CEP: 59078-970 Caixa Postal:1622

Home page: <http://www.docente.ufrn.br/alchieri>

<http://lattes.cnpq.br/1325459110950508>



CERTIDÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA

CERTIFICO e dou fé que nos termos dos art. 44 e 45 do Código Civil Brasileiro e na forma dos art. 114 e 119 da Lei nº6.015 de 31.12.1973, nesta data, foi conferida Personalidade Jurídica à:

DATA DO REGISTRO: 17/03/2015	LIVRO: A-614	REGISTRO Nº 733.268
------------------------------	--------------	---------------------

Denominação:	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURÍDICA-ABPJ	
Natureza Jurídica:	ASSOCIAÇÃO	
Sede:	Na Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, João Pessoa-PB	
Fins:	Fomentar ações e programas voltados para a promoção e o desenvolvimento da área da Psicologia Jurídica, por meio do incentivo à pesquisa, da formação continuada, comunicação de ações e da avaliação da qualidade dos serviços profissionais de psicólogos no campo jurídico.	
Tempo de Duração:	Indeterminado	
Modo de Administração:	Diretoria	
Representação:	Presidente	
Ato Constitutivo Reformável:	Sim	Modo: através da Assembleia Geral
Responsabilidade Subsidiária dos Membros:	Não respondem	
Condição de Extinção:	Por deliberação da Assembleia Geral	
Destino do Patrimônio:	O patrimônio líquido será destinado obrigatoriamente à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, cujas finalidades seja semelhantes às da ABPJ.	

Aline Lobato Costa	Presidente
Carmen W. Amorim Gaudêncio Bezerra	Vice-Presidente
Jorge Dellane da Silva Brito	Diretor Administrativo
Myrna Agra Maracajá	Diretor Financeiro
Rodrigo Pontes de Melo	Diretor Científico

O referido é verdade e dou fé, aos dezessete dias do mês de março de dois mil e quinze em João Pessoa/PB.

[Handwritten Signature]

O OFICIAL DO REGISTRO
Vinicius A. Toscano de Brito
Substituto

Selo Digital: ABA01353-N9M2 Confira a Autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

SOLICITAÇÃO Nº 5648 / 2018 - REITORIA - PJ (11.01.05)

Nº do Protocolo: 23074.062457/2018-87

João Pessoa-PB, 21 de Setembro de 2018

De ordem,

À Prefeitura Universitária / PU / UFPB

Conforme despacho do Procurador-Chefe junto à UFPB, solicitamos informação acerca da existência de sede na UFPB, desde 2015, da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, bem como, em caso positivo, a comprovação da autorização/missão/cessão de uso de espaço por essa associação.

(Assinado digitalmente em 21/09/2018 11:56)
KENYA ALVES DE FREITAS
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 1906356

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **5648**, ano: **2018**, tipo: **SOLICITAÇÃO**, data de emissão: **21/09/2018** e o código de verificação: **d4de68fa50**



Fl. 04/GP/PU/UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Prefeitura Universitária
Gabinete do Prefeito

FOLHA DE DESPACHO
PROCESSO 23074.062457/2018-87

JOÃO PESSOA (PB), 21 de SETEMBRO DE 2018.

À: DIVISÃO DE PERMISSÃO DE USO - PU
SR. DIEGO DE OLIVEIRA SILVESTRE

Prezado Senhor,

Após análise, encaminho o presente processo para envio das informações solicitadas no despacho contido fl.003.


JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO
Prefeito Universitário/UFPB
Mat. SIAPE: 2569256



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

Seção de Permissão de Uso/SPU – Térreo –
CEP 58051-900 Fones: (83) 3216-7790 – João Pessoa/PB

Seção de Permissão de Uso/PU
Folha Nº: 005

Memorando Nº 268/2018 - UFPB/PU/SPU

João Pessoa, 24 de setembro de 2018.

Ao (À): GABINETE DO PREFEITO

Assunto: Uso do espaço pela Associação Brasileira de Psicologia Jurídica

Cumprimentamos cordialmente Vossa Senhoria na oportunidade em que estamos encaminhando o presente processo, informando que não temos em nossos arquivos quaisquer autorizações/permissões/cessões de uso em nome de "Associação Brasileira de Psicologia Jurídica".

No mais, nos despedimos ensejando os maiores votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,



Diego de Oliveira Silvestre
Técnico Administrativo – SPU/PU/ UFPB
Matrícula SIAPE - 2340172



F000 /GPI/PU/UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Prefeitura Universitária
Gabinete do Prefeito

PROCESSO Nº 23074.062457/2018-87

JOÃO PESSOA, 24 DE SETEMBRO DE 2018


À: PROCURADORIA JURÍDICA - UFPB

DR. CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA

Excelentíssimo Procurador,

Após análise, devolvo presente procedimento administrativo para conhecimento das informações presentes no Memorando Nº268/2018 – UFPB/PU/SPU (fl.005).

Atenciosamente,



JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE nº. 25692565

Representantes da região Nordeste da ABPJ

Aline Lobato e Ana Kalline Soares

Em reunião da diretoria executiva de junho foi tratado sobre recebimento de diversas solicitações de informações e esclarecimentos quanto a inconsistências expostas nos materiais promocionais do **II Congresso Internacional do Nordeste de Psicologia Jurídica e Direito Penal** a realizar-se em setembro do corrente ano.

Assim sendo, observando os materiais de divulgação, como cartaz, marcador de página e o site do referido evento, a Diretoria Executiva destaca os seguintes pontos a considerar urgente revisão dada inobservância frontal ao Estatuto e ao Regimento Interno da ABPJ:

- 1- As inscrições do evento estão sendo promulgadas para depósito em conta particular da Representante do Regional da ABPJ.
- 2- A presidência e vice-presidência do congresso apresentam-se inadequadamente ao preconizado pelo Estatuto não existe cargo de presidência da diretoria.

- 3- Utilização do site da entidade para inscrição, sem autorização expressa da Diretoria Executiva bem como a ausência de transparência de seu funcionamento.
- 4- Uso de expressões inadequadas, infundadas e desconhecidas pela Diretoria Executiva da ABPJ ao processo gerencial da ABPJ, *(A execução do projeto do congresso será de competência da Comissão Organizadora, constituída por membros indicados pela Diretoria Nordeste da ABPJ. Finalmente, é importante ressaltar que para esse feito a ABPJ contará com o apoio de instituições públicas e privadas, as quais irão gradativamente se acoplando ao projeto.)*
- 5- Oferta de produto, certificado sem consentimento expresso da Diretoria como se dela fosse *(O Certificado será expedido pela Associação Brasileira de Psicologia Jurídica-ABPJ, eletrônico e enviado para o e-mail dos participantes.)*

Frente a estes pontos a Diretoria Executiva solicita da Representação Nordeste as seguintes retificações:

- 1- A retificação das informações de pagamento no site constando número da conta e CNPJ da ABPJ,
- 2- Retificação das informações da representação regional nordeste como preconizado e definido pelo Estatuto,

- 3- Acesso a Diretoria Executiva de todas informações de inscrições pelo site oficial da ABPJ,
- 4- Retificação das informações assinaladas e ou apresentação de documentos de acertos realizados com instituições públicas e privadas e da anuência da Diretoria Executiva para tal, e
- 5- Informações sobre anuência quanto oferta de certificados pela Diretoria Executiva.

Em virtude da quantidade de solicitações e do caráter grave que fatos podem caracterizar a ABPJ, devem as Representantes Regionais procederem o cumprimento desta solicitação em até 07 dias, a contar de hoje.

Natal 26 de junho de 2018



João Carlos Alchieri
Presidente ABPJ (2017-2019)



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA ESPECIALIZADA EM FALSIFICAÇÕES E DEFRAUDAÇÕES

Endereço: RUA CEL. ESTEVAM, 1413, ALECRIM, NATAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2018038000005

1.2 Data de Expedição: 17/12/2018 17.23.58

1.3 Tipo: COMUNICAÇÃO

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 16/12/2018 08.00.00

2.2 Autoria: Conhecida

2.3 Fato: Consumado

2.4 Flagrante: Não

2.5 Meio(s) empregado(s): Outros

2.6 Tipo do local: Habitação Vertical

2.7 Logradouro: AVENIDA CABO BRANCO

2.8 Número: 1262

2.9 CEP: 58.045-010

2.10 Complemento:

2.11 Ponto de Referência: PRÓXIMO AO BUSTO DO TAMANDARÉ

2.12 Bairro: BAIRRO EM OUTRO ESTADO

2.13 Cidade: JOÃO PESSOA

2.14 Estado: PARAÍBA

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: JOÃO CARLOS ALCHIERI

3.2 Estado civil: Divorciado(a)

3.3 Nome Social:

3.4 Pai: WALDEMAR SABINO ALCHIERI

3.5 Etnia: Branca

3.6 Mãe: ANNA FILOMENA ALCHIERI

3.7 Sexo: MASCULINO

3.8 Orientação Sexual:

3.9 CPF: 34616055068

3.10 Identidade de Gênero:

3.11 Nacionalidade:

3.12 Data de Nascimento: 01/03/1961

3.13 Profissão: PROFESSOR

3.14 RG: 6007469056 - ITEP/RN

3.15 Telefone(s): 84 91018611

3.16 Passaporte:

3.17 Número: 1959

3.18 Naturalidade: PORTO ALEGRE/RS

3.19 Bairro: CAPIM MACIO

3.20 E-Mail: jcalchieri@gmail.com

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.22 Logradouro: RUA ANTONIO MADRUGA

3.23 Cidade: NATAL

3.24 CEP: 59082120

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S)

5.1.1 Nome Completo: ALINE LOBATO

5.1.2 Alcinha:

5.1.3 Nome Social:

5.1.4 Pai:

5.1.5 Estado civil: Casado(a)

5.1.6 Mãe:

5.1.7 Etnia: Branca

5.1.8 Identidade de Gênero:

5.1.9 Data de Nascimento:

5.1.10 Orientação Sexual:

5.1.11 RG: Não informado

5.1.12 Sexo: FEMININO

5.1.13 Profissão: PROFESSORA

5.1.14 CPF:

5.1.15 Passaporte:

5.1.16 Nacionalidade:

5.1.17 Características:

5.1.18 Logradouro: UEPB

5.1.20 CEP:

5.1.19 Número:

5.1.22 Cidade: CAMPINA GRANDE

5.1.21 Bairro:

5.1.23 Estado: PARAÍBA

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLUÍDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS VEÍCULOS)

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

RELATA QUE É ATUAL PRESIDENTE DA ABPJ E QUE NA DATA DE 16/12/2018, A SRA. ALINE LOBATO, EX-PRESIDENTE DESTA INSTITUIÇÃO, UTILIZOU-SE INDEVIDAMENTE E SEM AUTORIZAÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURÍDICA DE MATERIAIS, PRÓPRIOS DO NOME DA ENTIDADE, EMITINDO RECIBOS EM NOME DA REFERIDA INSTITUIÇÃO SEM QUALQUER AUTORIZAÇÃO OU COMPETÊNCIA, INFORMA AINDA QUE O EVENTO REALIZADO POR ELA NA DATA MENCIONADA, RECOLHEU PROVENTOS DE INSCRIÇÃO EM CONTA BANCÁRIA DELA PRÓPRIA, EMITINDO RECIBOS EM NOME DA ABPJ.

9.2 Informações do CIOSP

9.3 Outras Providências

FOI ORIENTADO A PROCURAR A DELEGACIA COMPETENTE EM JOÃO PESSOA/PB.

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

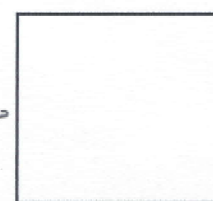
11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 17/12/2018 17.23.58

Policial

Interessado



Polegar direito

Ordem Executiva

Em reunião da Diretoria da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica realizada no dia 27 de agosto de 2018 a mesa diretora determina desligamento de **Aline Lobato** e **Ana Kalline Soares** das atividades de representação da Região Nordeste por descumprimento de disposições estatutárias (Art.5º.).

Natal 27 de agosto de 2018

João Carlos Alchieri
Presidente

I SIMPÓSIO AMAZÔNICO

INSCRITOS

Todos ▼



Buscar por:

Em: Nome ▼



RESUMO/INSCRIÇÕES

Membros: (2)

Est. Graduação: (14)

Est. Pós-Graduação: (5)

Profissionais: (22)

Total de inscritos: (43)

Valor total: R\$ 2190

Isento ou valor "Zero": (0)

I CINPJD

INSCRITOS

Todos ▼



Buscar por:

Em: Nome ▼



RESUMO/INSCRIÇÕES

Estudantes: (1072)

Profissionais: (173)

Total de inscritos: (1245)

Valor total: R\$ 266450

Isento ou valor "Zero": (0)

>> [Atualizar quantidades](#)

TRABALHOS

Todos ▼



Buscar por:

Em: Nome ▼

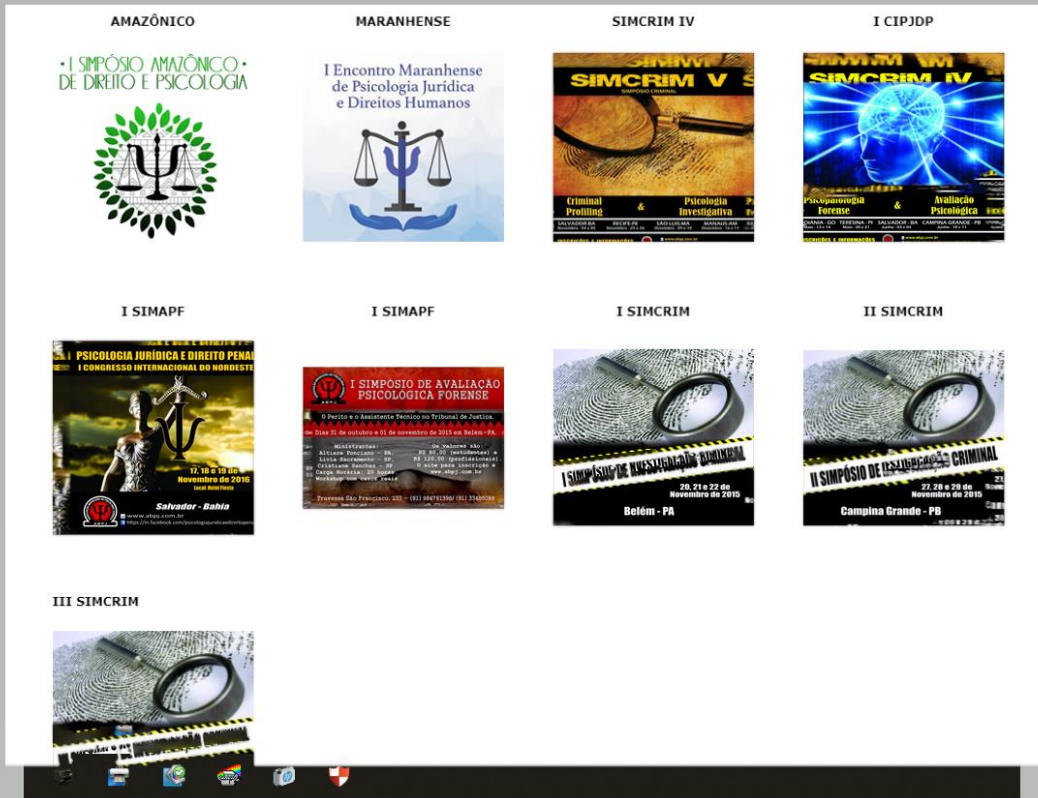


RESUMO/TRABALHOS

Oral: (143)

Poster: (96)

Total de trabalhos: (239)



I SIMCRIM

INSCRITOS

Todos ▼

LISTAR
 REMOVER

Buscar por:

Em: Nome ▼

BUSCAR

RESUMO/INSCRIÇÕES

Estudantes: (36)

Profissionais: (14)

Total de inscritos: (50)

Valor total: R\$ 4560

Isento ou valor "Zero": (0)

II SIMCRIM

INSCRITOS

Todos ▼

LISTAR
 REMOVER

Buscar por:

Em: Nome ▼

BUSCAR

RESUMO/INSCRIÇÕES

Estudantes: (173)

Profissionais: (16)

Total de inscritos: (189)

Valor total: R\$ 15760

Isento ou valor "Zero": (0)

III SIMCRIM

INSCRITOS

Todos ▼



LISTAR
REMOVER

Buscar por:

Em: Nome ▼



BUSCAR

RESUMO/INSCRIÇÕES

Estudantes: (120)

Profissionais: (35)

Total de inscritos: (156)

Valor total: R\$ 17350

Isento ou valor "Zero": (0)

I SIMAPF

INSCRITOS

Todos ▼



LISTAR
REMOVER

Buscar por:

Em: Nome ▼



BUSCAR

RESUMO/INSCRIÇÕES

Estudantes: (17)

Profissionais: (17)

Total de inscritos: (34)

Valor total: R\$ 3400

Isento ou valor "Zero": (0)

SIMCRIM IV

INSCRITOS

Todos ▼



LISTAR
REMOVER

Buscar por:

Em: Nome ▼



BUSCAR

RESUMO/INSCRIÇÕES

Estudantes: (342)

Profissionais: (57)

Total de inscritos: (399)

Valor total: R\$ 42750

Isento ou valor "Zero": (0)

SIMCRIM V

INSCRITOS

Todos ▼



LISTAR
REMOVER

Buscar por:

Em: Nome ▼



BUSCAR

RESUMO/INSCRIÇÕES

Estudantes: (265)

Profissionais: (53)

Total de inscritos: (318)

Valor total: R\$ 34450

Isento ou valor "Zero": (0)

**PSICOLOGIA JURIDICA
E DIREITO PENAL
II CONGRESSO INTERNACIONAL
DO NORDESTE**



**13, 14 e 15 de
Setembro de 2018**
Fortaleza - Ceará
1000 km de Brasília

www.congresso-fortaleza-ajpj.com.br
<https://www.facebook.com/psicologiajuridicadireitopenal/>

Conferencistas

Alfredo Velazco-México	Domingos Araújo - BA
Daniel Canter-Inglaterra	Donaldo Barreto - RN
Donna Young-Inglaterra	Elzassara Quirino - GO
Mauro Paulino-Portugal	Fernando de Jesus - GO
Ana Cristina Mendonça - RJ	Gabriela Nóbrega - PB
Rossandro Kinjuy - PB	Helena Ribain - PE
Aline Lobato - PB	João Alchiet - RN
Adilson Pereira - SP	Leonardo Faria - GO
Alvino de Sá - SP	Pablo Nóbrega - PB
Ana Kalline Soares - PB	Rodrigo Melo - PB
Antônio de Paiva Serafim - PB	Rômulo Passim - PB
Antônio Eça - SP	Rui Matheus - SP
Alvaro Ponciano - PA	Sônia Rovinski - RS
Carmen Gaudêncio - PB	





João Pessoa 15 de Agosto de 2018

Ao.

Sr. João Carlos Alchieri

Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica.

Relatório Financeiro:

Conforme solicitação encaminho o relatório financeiro referente aos Exercícios de 2015 a 2017.

De acordo com as informações constantes no site da ABPJ decorrentes de Assembleias da entidade e eventos realizados, verificam-se informações sobre receita fiscal, como participação de sócios, recebimento de receita da gestão anterior, valores de inscrições para congressos e demais eventos chancelados pela ABPJ.

Exercício de 2015 foram arrecadados com eventos realizados pela associação a importância de **R\$ 28.280,00** (Vinte e oito mil duzentos e oitenta reais). Neste ano a realização do congresso de João Pessoa com mais de 1200 participantes não figura entre este valor pois não há qualquer prestação de contas, quanto aos valores de inscrição e detalhamentos de custos. Não se identifica, devido a ausência quaisquer documentos fiscais, informações de manejo dos recursos, prestação de conta, aprovação de contas pelo Conselho Fiscal da Entidade e extratos bancários de valores manejados no período.

Exercício de 2016, foram arrecadados com eventos realizados pela associação a importância de **R\$ 266.450,00** (Duzentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e cinquenta reais) não se identifica, devido à ausência quaisquer documentos fiscais, informações de manejo dos recursos, prestação de conta, aprovação de contas pelo Conselho Fiscal da Entidade e extratos bancários de valores manejados no período.

Exercício de 2017 foram arrecadas com eventos realizados pela associação a importância de **R\$ 79.390,00**(setenta e nove mil trezentos e noventa reais), contudo, consta nas atas de assembleias o congresso realizado em Belém, com 800 inscritos e que recebeu subvenções federais (CAPES), sem prestação de contas, quanto aos valores de inscrição e detalhamentos de custos que não pode ter seus valores inclusos. Cabe destacar que a conta da associação só foi aberta no ano de 2017 na Caixa Econômica Federal, e não se identifica, devido a ausência quaisquer documentos fiscais, informações s de manejo dos

Campina Grande - Rua Jose Bonifácio, 203 - Centro | CEP: 58400-250 | (83) 3321-2727/ 3342-0240
João Pessoa - Av Juarez Távora, 522 - Sala 113 - Torre | CEP: 58040-020 | (83) 3221-2639

recursos, prestação de contas pelo Conselho Fiscal da Entidade e extratos bancários de valores manejados até setembro de 2017 (na abertura figura valor de sem origem).

Conforme documentos encaminhados, a partir de outubro de 2017, os valores depositados na conta da ABPJ, são decorrentes de inscrições de evento realizado na atual gestão e diretamente vinculados a conta da ABPJ, com a devida comprovação através de documentos e os mesmos ocorrendo em 2018. Em 13 de julho de 2018, consta um saldo na conta corrente na CEF o valor de R\$ 2.039,90 (dois mil trinta e nove reais e noventa centavos) conforme extrato em anexo.

Entre 2015 e até setembro de 2017, foram arrecadados o total de R\$ **374.120,00** (trezentos e setenta e quatro mil cento e vinte reais) além de outros como anuidades, e 2000 inscrições de congressos sem identificação de documentos fiscais, informações de manejo dos recursos, prestação de conta, aprovação de contas pelo Conselho Fiscal da Entidade.

Conclusão:

As informações contábeis, fiscais e bancárias observadas apresentam incompletude e caracterizam desacordo com o preconizado pela legislação para as associações civis. De acordo com o artigo 174 do Decreto 3000/99, as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos estão isentas do IRPJ e CSLL.

Em relação aos impostos federais, as associações deverão pagar o PIS sobre Folha de Pagamentos no percentual de 1% conforme artigo 9ª e 61º da IN SRF Nº 247/2002.

Declaro ainda, que devido a falta da entrega das declarações acessórias do período de 2015 a 2017, nesse caso a DCTF, tornou-se impossível a emissão da certidão conjunta para com a Receita Federal, Procuradoria e Previdência Social.


Estélio Pires de Almeida

Contador CRC-PB 008823-0/3

MONTEIRO DA FRANCA
Serviço Notarial - 2º Ofício
Av. Epitácio Pessoa, 416 - Torre - CEP: 58540-000 - Telefone: (83) 3244-0000 - João Pessoa/PB

Reconheço, por semelhança, a(s) firma(s) de:.....
ESTELIO PIRES DE ALMEIDA.....
Em test.da verdade, João Pessoa-PB 15/08/2018 12:14:32
Vilma Maria da Silva - Escrevente
C2018-0394651EMUL:R\$ 9,98 FAFEN:R\$ 0,28 IPTU:R\$ 1,90 ISS:R\$ 0,47
SELO DIGITAL: AHF25289-02WJ
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tipb.ius.br>



Ao

Sr. João Carlos:

Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica ABPJ

Em Anexo segue relatório da Receita Federal onde consta ausências de DCTF(Declaração de Contribuição de Tributos Federais). Que é uma obrigação acessória da Associação, mesmo ela sendo Imune e Isente de Impostos.

A ausência desta informação gera multa por atraso na entrega das mesmas, no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) por exercício, temos os exercícios de, 2015,2016,2017 e 2018 até o mês de Maio

Estas informações só poderão ser enviadas a Receita Federal através de, Procuração eletrônica ou com Certificado Digital da Associação.



Estelio Pires de Almeida

CRC-PB 008823

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.083.247/0001-51 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/03/2015
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURIDICA-ABPJ			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ABPJ			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO JD UNIVERSITARIO S/N	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 58.051-900	BAIRRO/DISTRITO CASTELO BRANCO	MUNICÍPIO JOAO PESSOA	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (83) 8633-0607	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/03/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 23/03/2015 às 13:45:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



RedPsiJu



La Secretaría General del Directorio la Red Iberoamericana de Asociaciones Nacionales de Psicología Jurídica y Forense, otorga la presente:

CONSTANCIA DE ASOCIADO TITULAR

A:

LA ASOCIACIÓN BRASILEERS DE PSICOLOGÍA JURÍDICA

EN LA PERSONA DEL SEÑOR PRESIDENTE:

Dr. JOÃO CARLOS ALCHIERI

Dado y firmado en Iberoamérica, Perú el 31 de agosto del 2018



Lic. John Charles Torres Vásquez
Secretaría General
Red Iberoamericana de Asociaciones Nacionales
de Psicología Jurídica y Forense



COLEGIO CEI

Aviso Lembrete - Boleto CEI _ Fevereiro – Prezado responsável, Seu boleto referente ao ...

Este mês



IAAP Task Force on Terrorism Survey

Maria Paz Garcia-Vera para mim

23 de jan

**Dear Prof./Mr./Ms.**

The International Association of Applied Psychology (IAAP: <https://iaapsy.org/>) has created a specific *Task Force on Terrorism*. The main purpose of this *Task Force* is to understand better the specific contributions that Psychology can make to address the enormous challenge terrorism represents for the world. It is for this reason why we are consulting psychologist whose expertise field is in terrorism. <https://iaapsy.org/policies-initiatives/task-force-on-terrorism/>.

We contact you as expert for your contributions, papers, and/or because your professional association and/or different psychologist colleagues have highly recommended that your opinion will be very important in our job. Please, If you are willing to participate, we would like you to complete a brief 10-question survey that will take only 20-30 minutes to better describe your experience, expertise or suggestions. Some questions are related with your main references on articles, journals, books or those you consider important in this field.

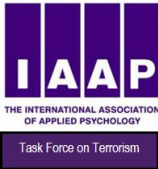
You will find the survey in this link: <https://es.surveymonkey.com/r/TMDDM52>

If you are interested and able to participate, please respond as soon as possible. We may also follow up with you for additional information.

Thank you again for your attention and your assistance with this vital initiative.

Sincerely yours,

Maria Paz Garcia-Vera



Maria Paz Garcia-Vera, PhD
Chair of the Task Force on Terrorism
International Association of Applied Psychology (IAAP)

Attachment:
[Task Force on Terrorism Letter \(PDF\)](#)

International Association of Applied Psychology (IAAP) | [8365 Keystone Crossing, Suite 107, Indianapolis, IN 46240](#)

Unsubscribe_jcalchieri@gmail.com

[About our service provider](#)

Sent by operationscenter@iaapsy.org in collaboration with



Try it free today



iTunes U

Bem-vindo(a) ao iTunes U – Prezado(a) instrutor(a) do iTunes U, Obrigado por inscrever...

ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURÍDICA

Reunidos

De um lado, Prof^a Dr^a Deisy das Graças de Souza, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia (SBP).

Do outro, Prof Dr João Carlos Alchieri, Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ).

Ambas as Associações são legalmente constituídas de acordo com a legislação brasileira.

Consideram

Que as duas Associações por eles representadas têm como interesse comum, tal como consta nos respectivos estatutos, promover a formação, difusão e pesquisa em Psicologia e nas suas áreas específicas de atuação, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e aumento do bem-estar geral da sociedade.

Que a troca de informações possa significar uma melhora importante na formação, pesquisa e assistência no campo da Psicologia.

Por conseguinte,

Concordam em

Assinar um acordo-quadro geral de colaboração, sujeito a adendos específicos, que permita o intercâmbio de trabalhos, experiência e a organização de atividades conjuntas, de acordo com os seguintes objetivos básicos:

1. Possibilitar a troca de informação entre as duas Associações no que diz respeito a atividades docentes e de formação.
2. Possibilitar a presença de associados da SBP nas atividades organizadas pela ABPJ e vice-versa, com especial atenção para os congressos anuais

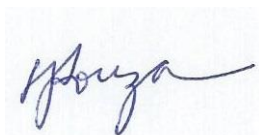
de cada Associação. Para isso, propõem um desconto de 50 % no valor da primeira anuidade.

3. Apoiar a troca de publicações (boletins, revistas, livros) entre as duas Associações.
4. Estudar vias conjuntas de trabalho que permitam uma maior presença das Associações nos fóruns associativos da Psicologia em outras instâncias e outras áreas geográficas, particularmente na Europa e nas Américas.
5. Estabelecer todos os canais de apoio e intercâmbio que possam contribuir para que as duas Associações cumpram com maior facilidade os seus objetivos estatutários.
6. Este acordo-quadro de colaboração deverá ser seguido por adendos específicos que, citando sempre este texto assinado hoje, especifiquem os detalhes e desenvolvam algum dos aspectos relacionados nos objetivos propostos.

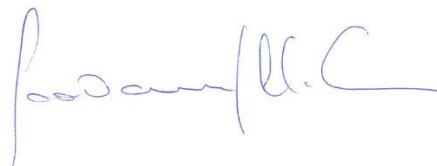
Este acordo-quadro terá vigência de 02(dois) anos, prorrogáveis automaticamente se não for renunciado por nenhuma das partes no prazo de pelo menos dois meses antes do vencimento.

Como prova de conformidade, as partes assinam este documento,

Ribeirão Preto, 30 de abril de 2018.



Profª Drª Deisy das Graças de Souza
Presidente da
Associação Brasileira de Psicologia



Prof Dr João Carlos Alchieri
Presidente da
Associação Brasileira de Psicologia Jurídica



PROJETO DE REALIZAÇÃO DE EVENTO CIENTÍFICO

**I ENCONTRO MARANHENSE DE
PSICOLOGIA JURÍDICA E DIREITOS HUMANOS**

SÃO LUÍS

2018

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Instituição Organizadora

Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ)

1.2 Instituições Apoiadoras

Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRP MA)

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB MA)

Hospital Nina Rodrigues (HNR)

1.3 Comissão Organizadora

A Comissão Organizadora deste evento é composta pelos seguintes profissionais:

- Prof Dr. João Alchieri (Presidente da ABPJ)
- Prof. Me. Daiane Bentivi (Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP MA)
- Psicóloga Raissa Palhano (Conselheira do CRP MA)
- Psicólogo Kyelce Geraldo Capra Neto (Membro da Comissão de Direitos Humanos do CRP MA)
- Advogado Rafael Silva (Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB MA)
- Advogada Luana Barata Rodrigues (Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB MA)
- Psicólogo Ruy Ribeiro Moraes Cruz (Diretor do HRN)
- Prof. Dra. Cândida Alves (Psicóloga do HNR)

1.4 Título do Evento

I Encontro Maranhense de Psicologia Jurídica e Direitos Humanos

1.5 Tema Central

VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

1.4 Data do Evento

22 e 23 de junho de 2018.

1.5 Local

Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão

2 JUSTIFICATIVA

No campo da Psicologia, a área da Psicologia Jurídica é uma das áreas interdisciplinares nas quais a Psicologia trabalha em parceria com o Direito, sendo que a psicopatologia se cruza com a legislação. Apesar do número crescente de pesquisas na área, o estado do Maranhão carece de cursos e/ou eventos científicos sobre a área.

Com o objetivo de preencher mais uma lacuna local, nasceu o I Congresso Maranhense de Psicologia Jurídica.

Este evento surge da parceria entre o Conselho Regional de Psicologia e a Ordem dos advogados do Brasil (OAB), tendo em conta a necessidade de pesquisar áreas afins com distintos olhares e formas de atuação.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- ✓ Estimular a formação continuada dos profissionais de Psicologia e de Direito

3.2 Objetivo Específicos

- ✓ Discutir sobre as perspectivas de pesquisas em Psicologia Jurídica no Brasil e no Maranhão;
- ✓ Promover intercâmbio entre especialistas reconhecidos na área Jurídica;
- ✓ Comunicar os resultados de trabalhos e/ou pesquisas recentes desenvolvidas por especialistas e pesquisadores da área.

4 PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Dia: 22/06 (Sexta)

18:00 – Credenciamento e Apresentação Cultural

Peça teatral: ATENAS - mutucas, boi e body, da Companhia Santa Ignorância. Aborda temática de Direitos Humanos.

19:00 – Mesa de Abertura

- Prof Dr. João Carlos Alchieri – Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica
- Francisco Gonçalves da Conceição - Secretário Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão
- Thiago Diaz – Presidente da OAB MA
- Eliandro Araújo – Presidente do CRP MA

19:30 – Palestra de Abertura: O campo da pesquisa em Psicologia Jurídica no Brasil - Avanços e Desafios

- Prof Dra Gabriela Reyes Ormeno (UFParaná)

Dia: 23/06 (Sábado)

08:00 – Mesa Redonda: Ato Infracional Juvenil e Redução da Maioridade Penal

- Psicóloga Ana Letícia (2ª Vara da Infância e Juventude)
- Psicóloga Nelma Pereira (FUNAC)
- Dra. Ana Luiza Almeida Ferro, Promotora de Justiça - MPMA.

10:00 – Mesa Redonda: Medida de Segurança e Reforma Psiquiátrica

- Prof Dr. João Carlos Alchieri – Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (Avaliação Psicológica e Saúde Mental)
- Prof. Thayara Castelo Branco (CEUMA) (Relação entre Saúde Mental e Direito)
- Ruy Ribeiro Moraes Cruz – Psicólogo e Diretor do Hospital Nina Rodrigues (Saúde mental e medidas de segurança)

- Dr. Bruno Dixon De Almeida Maciel – Defensor Público do Núcleo de Execuções Penais DPE – MA

11:30 – Mesa Redonda: Retrato atual do Sistema Penitenciário no Maranhão

- Murilo Andrade – Secretário Estadual de Administração Penitenciária do MA
- Dr. Froz Sobrinho, Ariston ou Paulo Guilherme (Psicólogo) – UMF/MA
- Ana Karolina Sousa de Carvalho Nunes – Presidente da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB-MA
- Marcelo Moutinho (Superintendente da APAC na FBAC)

14:00 - Mesa Redonda: Racismo e Violência Social

- Psicólogo Valter da Mata (CRP/BA)
- Psicóloga Raissa Palhano - Conselheira do CRP/MA
- Prof Dra. Tainah - Professora Universidade Ceuma
- Gerson Pinheiro, Secretário Estadual de Igualdade Racial do MA
- Lucia Gato – Presidente do Conselho Estadual da Mulher (988655983)

16:00 - Mesa Redonda: Povos Indígenas: Cultura, Direitos Humanos e Resistência

- Advogado Rafael Silva – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB MA
- Psicóloga Ivone (CRP MA)
- Dr. Jean Carlos Nunes Pereira – Defensor Público do Núcleo de Direitos Humanos DPE – MA ou Dr^a. Clarice Viana Binda - Defensora Pública do Núcleo de Direitos Humanos DPE-MA

18:00 – Encerramento e entrega de certificados.

5 ORÇAMENTO PREVISTO

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
Passagem trecho ida e volta Natal-SLZ	2.000,00	1	2000,00
Passagem ida e volta Curitiba-SLZ	2.000,00	1	2000,00
Passagem ida e volta SSA - SLZ	2.000,00	1	2.000,00
Diária Hotel Valter (CRP BA)	200,00	2	400,00
Diária Hotel Alchieiri	200,00	2	400,00
Diária Hotel Gabriela	200,00	2	400,00
Presente palestrantes	50,00	26	1.300,00
Impressão de Folders	0,50	2.000	1.000,00
Impressão de banners	50,00	1	50,00
Camisetas do Evento (Equipe do Evento)	15,00	20	300,00
Cartaz do Evento	1,24	30	37,20
Coquetel de Abertura do Evento ¹	1,00	250	250,00
Pastas	0,0	250	Patrocinio OAB
Certificados	0,0	250	Patrocinio Associação Brasileira de Psicologia Jurídica

VALOR DE INSCRIÇÕES:

Profissional: 100 reais

Estudante: 50 reais

CADERNOS DE PSICOLOGIA JURÍDICA

Uma publicação da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica

Volume 1

PSICOLOGIA NA PRÁTICA JURÍDICA



CADERNOS DE PSICOLOGIA JURÍDICA

Uma publicação da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica

Volume 2

PSICOLOGIA JURÍDICA DESAFIOS ATUAIS





CONVOCAÇÃO

Com base no Estatuto e no Regimento Interno da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica ABPJ, convoco os sócios quites com a entidade, para a Assembleia Ordinária da ABPJ a ser realizada no dia 30 de março de 2019, com primeira chamada às 19h e segunda chamada às 19:30h, a ser realizada em ambiente virtual, com comunicado por link em mail aos sócios em condições de participação.

Pauta

Informes

Informes da Diretoria

Informes da Comissão Fiscal

Informes dos Representantes Regionais

- 1) Alteração Estatuto
- 2) Alteração do Regimento Interno
- 3) Criação Comissão Interinstitucional
- 4) Ações judiciais de restituição do patrimônio da ABPJ
- 5) Relatório de Gestão 2017 a 2019
- 6) Resultados da Eleição
- 7) Posse da nova Diretoria, Comissão Fiscal e Representantes Regionais.

Natal 05 de março de 2019

Prof. Dr. João Carlos Alchieri
Presidente ABPJ

Informes sobre representação nas Reuniões e GT do FENPB

Na primeira reunião do FENPB de 2018, que foi realizada em 22 e Fevereiro de 2018 em Brasília, o presidente decidiu que o ex-diretor financeiro, Leonardo Faria, representasse a ABPJ, o que aconteceu. Conseguimos acesso a ata e colocamos os pontos principais relacionados a ABPJ.

Na maioria das outras eu representei a ABPJ, a saber: 05 e 26 de Abril de 2018 em São Paulo; 18 de Outubro e 06 de Dezembro de 2018 em Brasília. Em 02 de Agosto não consegui comparecer, mas esteve presente Reginaldo Torres Alves Junior.

Segue o detalhamento das reuniões que tem pertinência para a Psicologia Jurídica.

Dia 22 de fevereiro de 2018:

A reunião se iniciou às dez horas, na sede do Conselho Federal de Psicologia- SAF SUL (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, Térreo, Sala 104 - Brasília - DF. Representantes de entidades presentes: Rogério Giannini (CFP); Marília Mendes (CFP); Fabián Rueda (CFP); Rodolfo Ambiel (ABOP/CBP); Alessandra Gotuzo Seabra (ABECIPSI/IBNEC); Lorene Soares (FLAAB); Fernanda Magano (FENAPSI/SINPSI); Maria Juracy Toneli (ANPEPP); Ângela Fátima Soligo (ABEP); Mauro Vieira (ABPD); **Leonardo Faria (ABPJ)**; Maria Aparecida Veiga (ABPP); Angela Hiluey (ABRAP); Ricardo Picoli (ABRAPESP); Livia 7 Santos (ABRAPSO); Lucila Cardoso (ASBRo); Katya de Oliveira (IBAP); Marcos Brunhari (SBPH).

4) Fórum Social Mundial – FSM; Encaminhamento: produzir um informe sobre o FSM para enviar às entidades. Prazo: dia 22 de fevereiro. **NÃO TENHO NOTÍCIA SOBRE ESTE ENCAMINHAMENTO.**

4) V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão 29 – V CBP. Foram tratados temas do Congresso Brasileiro Ciência e profissão.

Diálogos impertinentes – Fabian apresenta o tema e solicita sugestões de nomes para cada diálogo. Diálogo 1: sugere-se João Carlos Achiere; Juracy Toneli sugere Luciano da Roci da UFRGS; Angela Soligo sugere alguém dos Juizes pela democracia; Juracy sugere Roger Haupp Rios; Giannini sugere Requião do judiciário; Juracy Toneli sugere Raquel Rolnik; Giannini cita Maricato.

Diálogo 2 – cotas e racismo: Juracy 100 Toneli pontua que a questão das cotas não se limita ao racismo. Angela traz que a questão das cotas é mais questionada quando se trata de questões raciais. Deliberou-se por voltar para a mesa para a comissão que reelaborará a proposta de forma que a abordagem do tema do racismo que não se restrinja às cotas.

Diálogo 3: deliberou-se por Luiz Felipe Miguel/UNB.

Diálogo 5: Sugeriu-se Raquel Rolnik, Nabil e Ab'saber, Aldo Zeidam, alguém que trabalhe com psicologia ambiental. O nome escolhido deve somar-se ao nome da Ermínia que já está na programação.

Diálogo 6: Mauro Vieira indica Luciene Borges Martins. Fabian solicita mais indicações de nomes para os diálogos impertinentes, e solicita que sejam encaminhados por e-mail para 107 marcia@cienciaeprofissao.com.br.

4.3.21) Simpósios Magnos - Sugestões para o Eixo II: Clínica do testemunho. Indicações: Emanuel, Eduardo Tomanik, Altieri Ponciano (consultório de rua em Belém, PA), Tales Ab'Saber, Fernando Pontes.

Sugestões para o Eixo III: Lumena, Gastão Vargas, Ricardo Teixeira, Paulo Amarante, Fernanda Freitas (Articulação: SUAS, SUS e Sistema Judicial na formação em Psicologia - Hortolândia). Trabalhos da psicologia com a população trans: tem articulado os diversos serviços públicos e se contrapondo às práticas e valores tradicionais.

Ponderação de que o CFP está sob ataque pela resolução Trans (01/2018). Sugeriu-se que as indicações que não forem contempladas nesse momento na programação sugerida devem ser consideradas e convidadas para outras atividades do CFP e no próprio CBP, como convite para apresentação de trabalhos.

Finalizando esse ponto, Fabián se comprometeu a enviar a pauta específica do V CBP com as alterações realizadas durante a reunião.

5) BVS-PSI, pautar para a próxima reunião.

6) Resolução 01/2018 - Giannini destaca que é importante produzir defesa da 01/18 a partir das especificidades de cada entidade, articular grupos com enfoque específico de área da psicologia na defesa da 01/18. A Secretaria do FENPB deve encaminhar subsídios de defesa da 01/18 para as entidades.

Encaminhamento: reunião extraordinária, dia 05 de abril, em São Paulo, no SINPSI, às 9h, pauta: BVS, V CBP e o congresso da IUPSYS. O objetivo é construir um posicionamento do FENPB em relação ao congresso da IUPSYS e as relações internacionais da psicologia Brasileira. Deliberou-se que quem recebeu a convocação pode responder que as entidades do FENPB estão construindo um posicionamento coletivo do FENPB sobre o tema.

7.2) Giannini relata que o CFP está promovendo o VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos e solicita apoio na divulgação. Entrega um cartaz para cada entidade. CFP ficou de encaminhar por meio eletrônico o link da página do seminário: <http://direitoshumanos.cfp.org.br/>

Às 16h, as pautas foram encerradas para a realização do Diálogo Digital para discussão Da Educação à Distância nos Cursos de Graduação em Psicologia. Com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a atividade será transmitida ao vivo pelas mídias sociais e contará com a participação de: Rogério Giannini, presidente do CFP, como mediador, Fernanda Magano, da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), Ângela Soligo, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e Rodolfo Ambiel, da Associação Brasileira de Orientação Profissional (Abop).

Dia 05 de abril de 2018:

Neste dia, na sede do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, Rua Aimberê, 2053 - 2 Perdizes, São Paulo - SP, 01258-020, às 09h30, Fabian Rueda, representante do CFP, iniciou a coordenação da reunião dando as boas-vindas a todos os presentes e abrindo para uma rodada de apresentação a todos.

Estiveram presentes: Alessandra Gotuzo Seabra - ABECIPSI e IBNeC, Ângela Fátima Soligo - ABEP, Ana Claudia Souza Vazquez - ABP+, Mauro Luís Vieira - ABPD, **Livia Tartari - ABPJ**, Antonia Angela Gonçalves da Silva Hiluey - ABRAP, Marilene Proença Rebello de Souza - ABRAPEE, Ricardo Marinho de Mello de Picoli - ABRAPESP, Maria Cristina Dancham Simões - ABRAPSO, Maria Juracy Filgueiras Toneli - ANPEPP, Rosangela Kátia S. Mazzorana Ribeiro - ASBRo, Rogério Giannini, Pedro Paulo Bicalho, Fabian Rueda e Miraci Mendes - CFP, Fernanda Lou Sans Magano - FENAPSI, Ana Lúcia Faria Faria - FLAAB, Monalisa Muniz Nascimento - IBAP e Marcos Vinicius Brunhari – SBPH. Justificaram ausência: ABOP e SOBRAPA.

Fabian Rueda reforçou que é o papel do FENPB que as entidades que estão necessitando de apoio em determinado assunto devam pedir apoio ao FENPB para fortalecer sua posição em nome da Psicologia Brasileira.

Fabian trouxe alguns acordos antigos que estavam aprovados no FENPB e reforçou que era importante serem retomados a partir de agora:

1) Participação da secretaria executiva do FENPB na mesa de abertura dos 55 congressos e atividades das entidades do FENPB. As entidades deverão enviar para a Marcia Machado as 56 datas de seus eventos, bem como, os convites para composição da mesa de abertura pelo representante do FENPB; APROVADO POR UNANIMIDADE.

2) Em todos os eventos das entidades filiadas ao FENPB, deve-se garantir espaço para um stand do FENPB para divulgação das entidades, da BVS e do V CBP. As entidades que tiveram eventos ainda em 2018 deveriam providenciar espaço para divulgação do FENPB e solicitar inclusão do marcador de livro do V CBP nas sacolas dos participantes. As entidades deveriam enviar para Marcia Machado a quantidade de participantes, data do evento e local a ser enviado o material para inclusão na sacola; APROVADO POR UNANIMIDADE.

3) As entidades deverão se organizar para garantir que no ano que é realizado o Congresso Brasileiro Ciência e Profissão não haja congressos das entidades. Fabian diz que é importante para o fortalecimento do Congresso Brasileiro Ciência e Profissão que as entidades tentem organizar seus congressos nos anos que não tenha CBP. Fica acordado que as entidades se organizarão para que suas atividades nacionais, no ano de CBP, sejam realizadas no primeiro semestre e que todas deem prioridade para o CBP no segundo semestre.

Não teve pautas mais específicas da psicologia jurídica.

Dia 26 de abril de 2018

Reunião realizada na sede do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, Rua Aimberê, 2053 - Perdizes, São Paulo - SP, 01258-020, às 09h30, Fabian Rueda, representante do CFP, iniciou a coordenação da reunião dando as boas-vindas a todos os presentes e abrindo para uma rodada de apresentação. Estiveram presentes: Gustavo Martineli Massola – ABECIPSI, Irani Tomiatto de Oliveira – ABEP, Micheline Roat Bastianello - ABP+, Mauro Luís Vieira – ABPD, **Lívia Tartari e Sacramento – ABPJ**, Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga – ABPP, Ricardo Silva Santos Durães – ABPSA, Antônia Ângela Gonçalves da Silva Hiluey – ABRAP, Marilene Proença Rebelo de Souza – ABRAPEE, Maria das Graças Lima – ABRAPSO, Maria Juracy

Filgueiras Toneli – ANPEPP, Eda Marconi Custódio – ASBRo, Fabián Rueda – CFP, Jonas Marssaro – CONEP, Shirlene Queiroz de Lima – FENAPSI, Ana Lúcia Faria Faria – FLAAB, Lorene Soares – FLAAB, Monalisa Muniz Nascimento – IBAP, Gloria Heloise Perez – SBPH e Rose Rodrigues – SOBRAPA. Justificou ausência: ABOP.

Fabian informou sobre o novo site FENPB. O site foi apresentado no telão e foi aprovado por unanimidade. Os dados do site estão baseados na versão anterior. Foi necessário atualizar todos dados das entidades e aguardar novas informações. Cada entidade deveria acessar o site e verificar qual correção é necessária. Marcia fará a atualização com os dados enviados pelas entidades no início do ano. O LOGO E OS DADOS DA ABPJ FORAM ENVIADOS PELO PRESIDENTE POR EMAIL.

De: Joao Alchieri [<mailto:jcalchieri@gmail.com>]
Enviada em: terça-feira, 10 de julho de 2018 18:49
Para: rosangelaksm
Cc: FENPB - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira; entidades@fenpb.org; maristela@cienciaeprofissao.com.br
Assunto: Re: CBP - Resumo das entidades e homenagens póstumas

Prezados lamento o atraso, segue abaixo o texto para divulgação e solicitaria a possibilidade de homenagear a colega Melissa de Almeida Araújo executada pelo crime organizado no exercício profissional (Catanduva PR)

A Associação Brasileira de Psicologia Jurídica é uma entidade publica fundada em 15 de março de 1997 com objetivo de congregar profissionais em distintas ações no âmbito jurídico (criminal, forense, penitenciária, civil etc). Insere-se na práxis psicológicas de profissionais em distintos locais como penitenciárias, Tribunais de justiça, varas de famílias, envolvendo procedimentos avaliativos, de acompanhamento e orientação com objetivo precípuo de assessorar tomada de decisão com base nas evidencias científicas da psicologia. A ABPJ congrega alunos, profissionais de áreas afins, da psicologia com ênfase no desenvolvimento técnico profissional sendo o desafio da atual gestão, a formação continuada e certificação profissional.

Agradeco

Irani lembra que, anteriormente, no FENPB, havia uma proposta das entidades darem desconto para quem é filiado a qualquer entidade do FENPB. As entidades devem abrir uma categoria de inscrição em seus congressos para desconto para filiados às entidades do FENPB e que as entidades enviem formulários de filiação para as entidades que realizarão congressos este ano para divulgação para distribuição nos stands do FENPB. APROVADO POR UNANIMIDADE.

Foi aprovado também, que o CFP imprima um banner com o logo de todas as entidades para divulgação em todos os eventos das entidades e grave um vídeo, com o Rogério Giannini, explicando o que é o FENPB. Ficou aprovado também a edição de um vídeo com uma pequena fala de cada entidade, sobre a finalidade de cada uma e motivando à filiação.

Fabian lembrou que a próxima reunião do FENPB será realizada em Brasília: 02 de agosto das 9h às 17h em Brasília, 18 de outubro das 9h às 17h em São Paulo e 06 de dezembro das 9h às 17h em São Paulo.

Dia 02 de agosto de 2018

Na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Edifício Via Office - SAF SUL, Quadra 2, Bloco B - Asa Sul, DF, 70070-600, às 09h30, Pedro Paulo Gastilho de Bicalho, representante do CFP, iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos os presentes e abrindo para uma rodada de apresentação. Estiveram presentes: Angela Fátima Soligo – ABEP, Rodolfo Augusto Matteo Ambiel – ABOP, Micheline Roat Bastianello – ABP+, Mauro Luís Vieira – ABPD, **Reginaldo Torres Alves Júnior – ABPJ**, Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga – ABPP, Antônia Angela Gonçalves da Silva Hiluey – ABRAP, Deborah Rosaria Barbosa – ABRAPEE, Ricardo Marinho de Mello de Picoli – ABRAPESP, Livia Gomes dos Santos – ABRAPSO, Lucila Moraes Cardoso – ASBRo, Fabian Javier Marin Rueda – CFP, Pedro Paulo Bicalho – CFP, Jonas Marssaro – CONEP, Fernanda Magano – FENAPSI, Lorene Soares – FLAAB, Monalisa Muniz Nascimento – IBAP, Marcos Vinicius Brunhari – SBPH, Juliana de Barros Guimarães – ABRAPSIT e André Elias Morelli Ribeiro – SBHP.

Convidados: Iolete Ribeiro – CFP e Marcos Ribeiro Ferreira – CFP. Justificou ausência Ana Paula Porto Noronha – ABECIPsi.

O ponto BV-Psi, trouxe como convidado Marcos Ferreira, que iniciou sua fala com um breve histórico sobre a BVS Psi e a BVS Ulapsi. Posteriormente, apresentou o Projeto para a reativação da BV-Psi, que foi anexo a ata.

Entramos em um ponto importante para a Psicologia Jurídica e que por impossibilidade de trabalho não pude estar presente.

No ponto Depoimento Especial (Lei 13.431/2017), a convidada Iolete Ribeiro – CFP, destacou as representações do CFP nas instituições onde o tema da escuta especializada e do depoimento especial está sendo discutido. Explanou sobre a construção do posicionamento do CFP que vem sendo discutido desde 2005 nas diversas instâncias de discussão do CFP, como a APAF e o CNP. Apresentou as estatísticas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e apontou desafios considerando as limitações da Lei, a necessidade de fazer incidência para o avanço das políticas públicas de atenção a infância e adolescência. Dando cumprimento ao plano de trabalho aprovado na APAF, o CFP vem realizando uma série de ações e participações na Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e no Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, bem como buscou incidir na construção da minuta do decreto de regulamentação da Lei 13.431/2017 que foi aprovada no CONANDA e enviada aos Ministérios envolvidos e à Casa Civil. O material da apresentação seguiu em anexo a ata (anexo 2).

Mauro Luís Vieira – ABPD, solicitou informação sobre onde encontrar material de subsídio sobre o tema para disponibilizar para os alunos;

Reginaldo Torres Alves Júnior – ABPJ relata que o TJDF vem desde 2010 fazendo o depoimento especial. Acompanha o posicionamento e as críticas que o Sistema Conselho apresenta, porém acredita na discussão da categoria para superar os problemas apontados. Destaca ainda que se a psicologia se afastar do contexto da escuta, deixa de contribuir do ponto de vista científico e abre espaço para outros profissionais atuarem no campo, como jornalistas e pedagogos. Afirma que psicólogos têm mais conhecimento sobre a rede e conseguem atuar contra a mera produção de provas. Informa que a psicologia forense tem um trabalho com perguntas que são importantes

para um processo de responsabilização. Finaliza dizendo que o processo exige um canal de diálogos.

Angela Soligo - ABEP aponta que acha um equívoco colocar o bullying entre uma das formas de violência doméstica. Mostra a preocupação de que o depoimento seja usado como peça de acusação. Destaca a preocupação com a criança. Propõe que a psicologia organize um trabalho voltado para a formação continuada dos profissionais que trabalham com estas crianças e aborde o que é fazer acolhimento.

Angela Hiluey - ABRAP, traz também a questão da qualidade da formação e que quem é bem formado é mais capaz de reconhecer os desafios da atuação. Aponta o desafio da interdisciplinariedade.

Debora Barbosa - ABRAPEE destaca a importância de ampliar a discussão e que é necessário avançar e investir na qualificação das boas práticas de atendimento, inclusive no âmbito preventivo. Acredita que é necessário retomar a presença do psicólogo na escola, pois é o ambiente onde chegam estas informações e onde se trabalha a prevenção. Sugere a discussão sobre como a escola pode proteger.

Iolete informa ao Mauro que tem material disponível no site do CFP. Em resposta ao Reginaldo informa que o questionamento do CFP é sobre a violação de direito da criança no contexto da realização do depoimento especial. Aponta que o profissional não tem autonomia para conduzir a inquirição, pois as perguntas são pré-determinadas e que há muita violência institucional nesse contexto. Aponta o abuso do uso do depoimento especial, pois muitas vezes se faz a inquirição mesmo em casos em que já se tem provas suficientes, causando nas crianças um sofrimento desnecessário. Informa que hoje a lei nomeia escuta e depoimento, onde a escuta especializada acontece na rede de proteção, com toda a fundamentação do campo da psicologia. Já o depoimento acontece perante a autoridade policial ou judiciária em um contexto que interfere na produção do discurso pela criança. Afirma que não é entendimento do sistema conselhos de que a proposta atual de depoimento especial seja atribuição profissional da psicologia ou que respeite os parâmetros éticos da profissão. Sobre a responsabilização entende que é necessário avaliá-la, pois existem problemas em relação ao tipo de violências sexuais que são abordadas. Algumas formas muito frequentes de

violência sexual no país, não são abordadas neste contexto, especialmente a exploração sexual e o tráfico de pessoas. Concorda com Angela Soligo sobre o equívoco de incluir bullying e alienação parental na lei. Além disso, ao falar de violência doméstica não aborda a Lei Menino Bernardo, bem como outros marcos legais nacionais importantes para o enfrentamento à violência. A preocupação dos legisladores foi tornar o procedimento do depoimento consolidado na legislação com foco no abuso sexual. Afirma a importância de se pensar na questão da formação e que o FENPB poderia formar um GT para produzir materiais sobre essa discussão. Concorda com a colocação da Angela Hiluey que é preciso trabalhar o tema não somente dentro da psicologia, mas também pensar no que a psicologia pode oferecer a outros profissionais. Defende a relevância de abordar a atuação do psicólogo na rede de proteção por haver relação com a identidade da profissão e concorda com a Debora de que não tem nada muito consolidado neste campo também.

Abre-se a segunda rodada de discussão e Jonas Marssaro – CONEP, relata que é preciso pautar o debate sobre sexualidade na universidade e que é preciso levar à comunidade acadêmica dados sobre as realidades locais preparando o estudante para lidar com este assunto durante a formação.

Reginaldo - ABPJ retoma a colocação que não deve ser um embate de ideias entre os favoráveis e os contrários à escuta, é preciso evoluir, reafirma a compreensão por parte da entidade da discussão feita pelo CFP, mas acredita que para a discussão deve incluir as pessoas que estão nesta prática. Reconhece que existem equipes má formadas, porém se deixar com outras áreas esta escuta, será feito de qualquer jeito, enquanto que com o profissional da psicologia é possível construir uma solução alternativa. Acredita que se sairmos desta área, perde-se uma área de atuação importante. Concorda que ciência não deve violar direitos e já estão sendo feitos estudos sobre a implementação de aproximadamente 15 protocolos de psicologia forense, baseados na realidade Brasileira. Afirma que existe um esforço de se apropriar da área. Afirma que as críticas devem ser discutidas e superadas, instrumentalizando o psicólogo que está na linha de frente e que a ABPJ está disposta a participar desta discussão.

Angela Soligo reafirma a pluralidade do FENPB, aponta a importância de se fazer este debate com quem está no dia a dia e coloca a importância do GT.

Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga – ABPP, aponta o quanto o estado resiste em construir políticas públicas e produz política de governo. Entende que a escola é o primeiro ouvido desta criança, deve estar preparada para esta escuta.

Debora - ABRAPEE, coloca que os problemas são do ponto de vista macroestruturais e tem uma dimensão institucional que não é ouvida.

Iolete concorda com a colocação do Jonas quando diz que a sexualidade tem que ser discutida dentro da universidade. Afirmo que, desde o início da discussão do tema no Sistema Conselhos, o posicionamento foi formado no debate político em espaços de participação e esta polarização foi instituída pela justiça que não quis falar com quem era contra. Reafirma que o posicionamento do sistema conselhos foi construído em espaços participativos com diálogo entre pessoas contrárias e favoráveis. A decisão contrária ao depoimento especial vem sendo mantida pelos CNPs desde 2007 e o Sistema Conselhos vem respeitando essas deliberações.

Foi constituído o GT com as entidades CFP, IBAP, ABPJ, ABPP, ABEP, ABRAPEE, ABPD, CONEP para construção de publicação que contribua com a formação e a atuação dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes na perspectiva da afirmação das políticas públicas de proteção integral à infância. O GT terá sua primeira reunião em 23 de Janeiro de 2019.

O CFP representa o Brasil na APA, rede internacional de Psicologia e LGBT, que se constitui pela participação de diversos países. Recentemente no Canadá foi construída uma declaração de compromissos da rede - Declaração e Compromissos da International Psychology Network for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex Issues (IPsyNet) e foi feito o convite para que as entidades nacionais assinassem este compromisso, já assinaram as entidades: ABEP, **ABPJ**, ABRAP, ABRAPEE, IBAP, CFP, ANPEPP e CONEP.

Reafirmou o convite para que outras entidades possam assinar o documento no link que consta na pauta. Segue o informe dizendo que o CFP está ocupando o 74º assento em conselhos Nacionais, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), cujas 03 primeiras pautas são: construção de discussão sobre educação e Direitos humanos, posicionamento sobre o projeto escola sem partido e o posicionamento sobre o ensino Religioso.

Pedro Paulo apresentou a campanha do CFP em comemoração ao Dia do Psicólogo que será realizada pelo CFP. Como parte da campanha, foi apresentado o Twibbon “A Psicologia muda nossa história” e convidou os participantes para aderirem à campanha. Informa que no dia 24 de agosto de 2018 será feita a comemoração do dia do Psicólogo no CFP. Serão realizadas 56 homenagens à profissionais com relevância na psicologia brasileira, presencialmente ou in memoriam, como tema: “Psicologia 56 anos: Reconhecendo histórias, valorizando contribuições”. Foi solicitada a indicação de profissionais por parte das entidades até o dia 07 de agosto de 2018. ABPJ INDICOU OS NOMES POR E-MAIL, aquela moça de Catanduvas e o Alvino.

Fabian fez um link com o ponto de pauta Comercialização de Livros com informações de testes psicológicos sem restrição, foram recebidas 28 denúncias no CFP informando que a Pearson está comercializando um guia prático de utilizar o teste psicológico para não psicólogos. Sugestão do jurídico é que as entidades da área se posicionem sobre o assunto para que seja anexado como subsídio no processo contra a editora.

Juliana – ABRAPSIT apontou duas frentes de batalha: 1) verificar se os autores são psicólogos e esses devem ser abordados e responder ao CFP, e 2) ao fazer a comunicação a toda categoria, alertar sobre a probabilidade do psicólogo que divulga sobre o material de uso exclusivo da profissão.

Fabian destaca a importância do FENPB produzir a nota para colocar em evidência a editora para a categoria, além de que se o FENPB fizer uma nota e sofrer um processo da editora, serão 26 entidades o que dará muito mais força. Fabian sugere um mini GT para encaminhar a nota para discussão e contribuição por e-mail e assim ser divulgada por todos os meios de comunicação de cada entidade.

Jonas – CONEP sugere que o FENPB e o CFP façam esta comunicação para as outros conselhos e profissões. Fabian informa que a Pearson comercializa material quase que exclusivamente de psicologia, complementa alertando que tem problemas com outras categorias que é o uso de testes psicológicos por outros profissionais e que está dialogando com os conselhos de classe para saber como utilizar a ferramenta.

Angela informa que outras categorias não seriam parceiras, pois podem ter interesse no material de avaliação psicológica. **Reginaldo informa que é**

convidado da ABPJ e não tem o poder de opinar sobre o documento, solicita a consulta a ABPJ para discussão na diretoria.

ABRAPSO sugere que o IBAP e a ASBRo devem iniciar o comunicado para as entidades assinarem e informa que também precisa consultar a diretoria.

Fernanda faz o encaminhamento de que o documento deve ser redigido pelas entidades que dominam o assunto, IBAP e ASBRo, e deve ser enviado ao FENPB para consultar a assinatura das entidades. Enfatiza que a função do FENPB é assumir a causa de uma das entidades.

Fabian finaliza o encaminhamento com o prazo de enviar a nota para os e-mails na próxima segunda-feira (06 de agosto de 2018) e aguardar a resposta até o dia 10 de agosto de 2018.

Jonas 271 – CONEP questiona se pode ser divulgado também para outras entidades. Fernanda encaminha que após a assinatura do FENPB os outros lugares podem dar visibilidade e não assinatura. **ABPJ RESPONDEU POR E-MAIL QUE SABE QUE ISTO NÃO ADIANTARIA.**

Joao Alchieri <jcalchieri@gmail.com>

Ter, 07/08/2018 20:17

FENPB - Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira;
entidades@fenpb.org

□

Prezados conforme legislação do CFP e da profissão não é possível haver gerenciamento de **comercialização** de produtos pelo CFP.

A ABPJ entende que a discussão poderia ser esgotada, e se interroga, por que não há ações referentes a propriedade intelectual (entre as editoras representantes do Rorschach) neste sentido. Sem este ponto, ou seja sem o interesse pela editora proprietária do produto, a ação ocorre a penas no âmbito ideológico do entendimento, não da propriedade (que reforça nesta sequencia este argumento). Como sequenciamento, a CCAP poderia posteriormente a posição de litigio das editoras, manifestar sua apreciação técnica com base na legislação em vigor, uma vez que, devido a apresentação de novo produto (não há informações neste sentido), deveria ter os mesmos critérios aos demais testes aprovados pelo CFP. Sugerimos a possibilidade de verificarmos na

próxima reunião a discussão destes importantes pontos, para esgotar e definir posições peremptórias das entidades.

Atenciosamente

Em ter, 7 de ago de 2018 às 17:28, Fabián Rueda <marinfabian@gmail.com> escreveu:

Prezado João, boa tarde!

Acredito que a discussão que o FENPB teve na última reunião vai além do gerenciamento que o CFP pode ou não ter sobre a comercialização de produtos, pois sabemos que não é prerrogativa do conselho. No entanto, a nota tem, ao meu ver, um foco na precarização da AP com a divulgação desse tipo de material e as consequências que isso pode trazer para a sociedade de forma geral.

De qualquer forma, achei ótima sua sugestão de debatermos essas questões no Fórum. Seria importante podermos contar com sua presença em alguma reunião, considerando a experiência que acumulou enquanto coordenador da CCAP.

A reunião de 23 de agosto será ponto exclusivo da BVS, mas a ABPJ poderia pautar para a reunião de outubro.

Grande abraço,
Fabián

Joao Alchieri <jcalchieri@gmail.com>

Ter, 07/08/2018 21:07

Fabián Rueda

+2 pessoas

□

Buenas Rueda como não estava presente perdi partes do processo discursivo, mas creio que podemos considerar questões assim para o futuro. Imagino pela experiência q tens visto que os embates comerciais ficavam mais dirigidos e os partícipes buscam apoios de força, e neste sentido a CCAP pode

ser mais infielmente da balança que prato. Me disponibilizei a ir agora é claro tentarei a próxima.

Obrigado

Forte Abraço

Fabian reforçou as datas das próximas reuniões ordinárias do FENPB, que são: Reunião Extraordinária FENPB: 23 de agosto de 2018. Reuniões Ordinárias FENPB: 18 de outubro das 9h às 17h em Brasília e 06 de dezembro das 9h às 17h em 317 Brasília.

Dia 18 de outubro de 2018

Na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Edifício Via Office - SAF SUL, Quadra 2, Bloco B - Asa Sul, DF, 70070-600, às 09h30, Fabian Javier Marin Rueda, representante do CFP, iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos os presentes e abrindo para uma rodada de apresentação. Estiveram presentes: Ângela Fátima Soligo – ABEP, Rodolfo Augusto Matteo Ambiel – ABOP, Micheline Roat Bastianello – ABP+, Mauro Luís Vieira – ABPD, **Livia Tartari Sacramento – ABPJ**, Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga – ABPP, Antônia Ângela Gonçalves da Silva Hiluey – ABRAP, Marilda Gonçalves Dias Facci – ABRAPEE, Juliana de Barros Guimarães – ABRAPSIT, Ilidio Roda Neves – ABRAPSO, Lucila Moraes Cardoso – ASBRo, Jonas Marssaro – CONEP, Lorene Soares – FLAAB, Makilim Nunes Baptista – IBAP, Thais Zerbini e Fabiana Queiroga – SBPOT, Rogério Giannini e Fabian Javier Marin Rueda - CFP. Convidados: Ana Paula Hachich de Souza – CRPSP.

Fabian informou que o horário final da reunião será às 14h, pois haverá o lançamento da Campanha de Direitos Humanos do CFP, e convida todas as entidades para a participação.

Fabian inicia o ponto quatro da reunião V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão: apresentando o vídeo do FENPB, que foi gravado na reunião do dia 02/08/2018 e que foi transmitido durante o V CBP no stand do FENPB. O vídeo foi disponibilizado no site do FENPB para ser utilizado como apresentação. Após a exibição do vídeo, solicitou às entidades vídeos curtos e esclareceu que tem 02 espaços para vídeos, uma sala, onde serão apresentados vídeos, documentários, filmes que as entidades quiserem

disponibilizar para apresentação e discussão e, no stand, onde será transmitido o vídeo do FENPB e também poderá ser transmitido um vídeo de cada entidade, considerando 02 a 03 minutos de material. Encaminhar para Marcia até o dia 26/10/2018. Informa que o fato de não ter o caderno dentro da sacola do V CBP faz com que as entidades podem colocar material impresso dentro da sacola para distribuição. Deverá ser encaminhado até 07/11/2018 para o SINPSI. Sobre os trabalhos das entidades, especificamente sobre Minicurso, Conferência e Simpósio Ciência e Profissão é importante que a entidade indique alguém da entidade que acompanhe o autor para apresentação no início da atividade. Sobre a abertura, solicita que todas as entidades façam a indicação de um psicólogo para acompanhar o homenageado pela entidade. No espaço Rebouças serão reservadas as duas primeiras fileiras do auditório, uma para os homenageados e outra para a pessoa da entidade que entregará a homenagem. Informa sobre a contratação do grupo artístico Slam das Minas, que fará 05 intervenções durante a cerimônia. Informa que o espaço Rebouças acomoda 1.200 pessoas, menor do que o número de participantes confirmados. Informa, também, que as homenagens póstumas serão durante o evento, não na cerimônia de abertura. Apresenta o layout do stand do FENPB e mostra os espaços para serem anexados os cartazes. No balcão poderão ser disponibilizados os materiais das entidades. Informa sobre o aplicativo do V CBP que já está funcionando.

Lorene – FLAAB conta sobre a programação da Sala do Corpo.

Fabian diz que está confirmado o espaço temático do Brincar, da PAZ, da CORAge, do CREPOP, além do espaço Bebê e a recreação para crianças de 4 a 12 anos. Ângela – ABEP questiona sobre a presença da pedagoga responsável no espaço criança e Fabian esclarece que toda legislação foi verificada.

A reunião do FENPB durante o CBP foi cancelada e foi mantida a reunião no dia 06 de dezembro de 2018 no CFP.

O ponto da BV-Psi foi explanado pelo Fabian que informou sobre a procura de alternativa para o projeto pela reestruturação da BV e incorporação da Pepsic. Porém, informou que esbarrou na questão financeira, uma vez que o CFP tem assumido os custos da manutenção da BVS Psi, embora seja de controle e domínio do FENPB. Informou que o Pepsic está desatualizado, com

metodologia de diagramação e de marcação deverá ser atualizada para a publicação na Cielo, que tem outro layout, orçamento de aproximadamente R\$ 500.000,00, tornou o projeto inviável. Informou que o CFP está fazendo consultas a pessoas que conhecem esta metodologia que possam indicar empresas menores e pessoas para ver se consegue um orçamento viável. O mesmo está sendo enfrentado com a questão da BVPsi que é voltada mais para a prática profissional, cujo orçamento ultrapassa também o valor de R\$ 500.000,00. A previsão é que no final de maio tenha um encaminhamento de implementação, mas isso só poderá ser iniciado após a previsão orçamentária do CFP que acontece em janeiro/2019.

Fabian encaminha para o Ponto Especialidade em Avaliação Psicológica, ponto solicitado pelas entidades IBAP e ASBRo.

Lucila apresentou o documento elaborado pelas entidades e também pelos 05 GTs relacionados a avaliação psicológica da ANPEPP, que segue anexo, fundamentado para o encaminhamento ao CFP sobre a regulamentação do Título de especialidade em Avaliação Psicológica. Explica que o documento sintetiza as demandas da Avaliação Psicológica e aponta a necessidade de ser criado o título especialista em Avaliação Psicológica, considerando o reconhecimento da avaliação psicológica no âmbito nacional nos diversos meios. Passou a palavra para o Makilim que leu a carta de apoio do FENPB para os encaminhamentos junto ao CFP desta demanda.

Fabian acrescenta que fica nítido que quem pode criar o título especialista é o Sistema Conselhos na APAF, e registra que o FENPB pode reforçar, com seu apoio, que este ponto seja iniciado como ponto de plenária, cita os questionamentos judiciais que o Sistema conselhos está recebendo e afirma que a regulamentação da especialidade em Avaliação Psicológica poderá dar um respaldo para estes questionamentos. Sugere que seja estabelecido um prazo para que as entidades discutam a proposta do IBAP e da ASBRo e se posicionem quanto ao apoio.

Rodolfo informa que a ABOP apoia e reforça o pedido de apoio para o reconhecimento desta área de Título de Especialista.

Fabiana destaca duas repercussões que ela pessoalmente quer relacionar com projeto da SBPOT, a primeira é a importância para a formação como título de especialista e a segunda é em relação ao maior monitoramento

nesta prática, diminuindo atrocidades éticas, assumindo assim como um fazer que perpassa a ação da psicologia em todos os campos e registra que a avaliação psicológica foi retirada de concursos públicos. Lembra que quando assumiu a SBPOT uma das primeiras ações era retomar e discutir a avaliação psicológica na gestão de pessoas. Aponta a importância da avaliação psicológica continuar sendo exclusiva do psicólogo. Finaliza sua fala questionando o IBAP e a ASBRo sobre qual será o objeto de avaliação no título especialista.

Fabian pondera como este título pode e deve ser reconhecido em duas etapas: primeiro fechar esta nota de apoio do FENPB para encaminhamento pelo CFP para discussão na APAF. O FENPB, decidindo se é a favor ou contra o título de especialista, vem a segunda parte que é a construção do que vai ser objeto de avaliação.

Fabian sugere como encaminhamento que o IBAP e a ASBRo façam alteração na nota de apoio, entendendo que o documento foi construído por mais pessoas, portanto não deverá ser mexido sem a discussão adequada, e encaminhem para Marcia para que a mesma possa ser disponibilizada para as entidades, até o prazo de resposta até 05/11/2018. ABPJ FOI FAVORÁVEL:

Joao Alchieri <jcalchieri@gmail.com>

Qui, 25/10/2018 22:07

fenpb@fenpb.org;

entidades@fenpb.org

□

A ABPJ apoia a proposição!!

m 25/10/2018 16:48, fenpb@fenpb.org escreveu:

Prezadas(os) Presidentes e Representantes das Entidades Filiadas ao **FENPB**, boa tarde!

De acordo com o encaminhamento feito durante a reunião do **FENPB**, no ponto Título de Especialista em Avaliação Psicológica, as entidades IBAP e ASBRo enviam as **Notas** de Apoio para as entidades se posicionarem **até o dia 05 de novembro**, para assim encaminharmos ao CFP e dar continuidade no processo de discussão junto ao Sistema Conselhos.

Agradecemos a atenção e estamos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,
Margarete Silles
Secretaria do FENPB

Falei sobre o Depoimento Especial (ABPJ), retomei a reunião passada onde foi encaminhado um anexo sobre o depoimento especial e questioneei sobre o GT que havia sido proposto na reunião para esta discussão, recoloquei a disponibilidade e o interesse da ABPJ e solicitei o agendamento da reunião do GT. Apresentei uma publicação de regulamentação do Tribunal de Justiça, dando um fluxo para o depoimento especial. Ana Hachich, convidada do CFP para este ponto, se apresentou e apontou a preocupação quanto a atuação do psicólogo no campo do depoimento especial e diz que acredita que este fluxo apresentado pelo TJ é justamente para dar condições de trabalhos a estes profissionais. Acredita que é o momento propício para o debate este tema junto a categoria por conta dos eventos preparatórios do COREP, pois o encaminhamento do ultimo CNP é a do Conselho se posicionar contrário ao depoimento especial, qualquer mudança deverá ser feita pelo entendimento da categoria através do CNP.

Inicie o ponto da Alienação Parental e manifestação nas mídias sociais (ABPJ) apontando a disponibilidade e interesse da **ABPJ** de participar do GT que discute este assunto no sistema conselhos, acreditando que a lei tem pontos positivos e negativos e é necessária esta discussão com os psicólogos que atuam nesta área. Rogério esclarece que os GT's são da APAF e não do CFP, portanto APAF, que é formada por delegadas/os de todos os conselhos Regionais e o Federal. O GT da APAF, nomeado pela APAF, produz subsídio para a discussão de determinado assunto. **Informa que o CFP se compromete em consultar o GT informando a disponibilidade da ABPJ de participar desta discussão.**

Rogério propõe o início da discussão do ponto Ataques à Resolução do CFP Nº 01/99 e faz um resumo do processo, onde relata que a resolução foi alvo de uma ação judicial, que virou uma sentença em dezembro de 2017. O CFP recorreu fazendo uma reclamação ao supremo que não se posicionou ainda. Foi informado ainda da entrevista do Candidato a presidente Jair Bolsonaro ao jornalista Roberto Cabrine do SBT, onde o mesmo cita o CFP

como aparelhado pelos “gays”. Informa que o CFP fez uma nota se resguardando na possibilidade de não ser interpretada como uma manifestação política direta. Sugere a construção de um documento do FENPB em solidariedade ao CFP e aponta que há um ataque tentando desqualificar o Conselho, como se ter gays nos ambientes fossem algum problema. Jonas apontou o assunto como uma questão política onde acredita que o atual candidato e seus seguidores não conseguem ver os gays assumindo espaços e diz que acha importante o FENPB se posicionar diante do quadro. Fabiana - SBPOT pondera sobre a armadilha semântica que está sendo posta nas falas, aponta que o posicionamento do FENPB em solidariedade ao CFP deve tomar os devidos cuidados. Thais aponta a questão da discriminação nos diversos espaços ocupados pelos gays e aponta a necessidade de se manifestarem todos, inclusive o FENPB. Mauro aponta que esta discussão encontra divergências dentro das entidades, portanto é importante que manifestos sejam encaminhados para a entidade se posicionar. Ângela sugeriu um texto, que segue em anexo e após algumas sugestões foi aprovado pelas entidades presentes e será postado no site do Fórum. ESTE DOCUMENTO DOI LIDO NA ABERTURA DA CAMPANHA QUE FOI FEITA NA SEQUENCIA DA REUNIÃO E QUE A ABPJ NÃO ESTEVE PRESENTE POR NÃO COMUNGAR COM A CAUSA (POSTURA CONVERSADA COM O RPESIDENTE VIA WHATSZAP).

Foi agendada uma reunião da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos (FNDDH) para ocorrer no dia 16 de Novembro de 2018, mas eu já tinha marado viagem e solicitei que Christiane Sanches me representasse. Retomada do contato com as associações, preocupação com Quirino Cordeiro Jr. e com as Novas Políticas de Saúde Mental (volta dos manicômios, com as comunidades terapêuticas). A próxima seria dia 07 de Dezembro de 2018 em Brasília, que segundo me foi informado não aconteceu.

Dia 06 de dezembro de 2018

Na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, Edifício Via Office - SAF SUL, Quadra 2, Bloco B - Asa Sul, DF, 70070-600, às 09h30, Rogério Giannini, presidente do CFP, iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos os presentes e abrindo para uma rodada de apresentação. Estiveram presentes:

Ana Paula Porto Noronha – ABECIPSI, Iraní Tomiatto de Oliveira – ABEP, Leonardo de Oliveira Barros – ABOP, Ana Cristina Garcia Dias – ABPD, **Livia Tartari Sacramento – ABPJ**, Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga – ABPP, Antônia Angela Gonçalves da Silva Hiluey – ABRAP, Thabata Castelo Branco Telles – ABRAPESP, Juliana de Barros Guimarães – ABRAPSIT, Maria Claudia Santos Lopes de Oliveira – ANPEPP, Lucila Moraes Cardoso – ASBRo, Fabián Rueda – CFP, Rogério Giannini – CFP, Jonas Marssaro – CONEP, Enildo Calixto Louback – FENAPSI, Maria Cristina Piauhy Silva Mendes – FLAAB, Katya Luciane de Oliveira – IBAP, Rachel Nunes da Cunha – SBHP, Marcos Brunhari – SBPH, Fabiana Queiroga – SBPOT e Rosemeire Cristina Rodrigues – SOBRAPA. A reunião foi iniciada pelo ponto **Datas reuniões 2019 das Entidades**, apresentando sugestões e justificativas de datas para aprovação: 21 de fevereiro, 23 de maio, 15 de agosto, 10 de outubro, 05 de dezembro. As reuniões serão realizadas em Brasília, na sede do Conselho Federal de Psicologia, com custeio de passagem aérea pelo CFP. Datas aprovadas por todos os presentes.

Avaliação do V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. Fabian informou que devido à proximidade do final do evento não foi possível apresentar nessa reunião o relatório final e fechamento das contas, mas que será pautado na reunião de fevereiro. Informa que será enviado para as entidades um roteiro de avaliação que deverá ser preenchido pelas entidades para que conste no relatório final uma avaliação completa de todos. CFP registra que além do V CBP ter sido o maior dos congressos, teve o maior reconhecimento do FENPB, de união das entidades, que teve maior número de participantes por atividades. Dentre outras associações que parabenizaram o evento, a **ABPJ informou** que está em fase de reestruturação e que por este motivo, nessa edição não pode participar de perto do V CBP. Rogério finaliza o ponto enfatizando que a alegria conquistada no congresso permitiu tocar grandes feridas que a Psicologia terá que resistir de forma leve, garantindo que esse grande encontro mantenha a troca de experiência entre os profissionais e influencie os estudantes a manterem o pensamento vivo, com diálogo, inclusive com outras áreas, com a América Latina, elevando o nível da formação. Fabian informou que o CFP está produzindo um minidocumentário sobre o V CBP que será apresentado no início da APAF em dezembro.

Informe sobre XII Concurso de Provas e Títulos para Obtenção do Título Profissional de Especialista em Psicologia, dizendo que a empresa já está em licitação e as provas ocorrerão entre março e abril de 2019. As entidades serão contatadas para indicar profissionais para auxiliar na elaboração das provas. FOMOS CONTATADOS E TEMOS ATÉ DIA 14 DE MARÇO PARA REPONDER E ESTAMOS REVENDO O QUE ELES DEFINIRAM COMO ESPECIALIDADE EM PSICOLOGIA JURÍDICA PARA PROPOR.

Retomando o ponto, Rogério fez uma retomada do cenário das Resoluções 01/18 e 01/99 dizendo que não houve retorno do STF, com isso a comissão de Direitos Humanos do CFP elaborou um livro com relatos de pessoas que passaram por essas “terapias de reversão sexual” e convida as entidades do FENPB para lançar, conjuntamente, o livro para fortalecer a publicação em nome da Psicologia e não somente em nome do Sistema Conselhos. As entidades sugerem que a assinatura seja do FENPB com a assinatura das 26 entidades. Para isso, o livro será postado para cada entidade para leitura e retorno até o dia 15 de janeiro de 2019 com a concordância de apoio. EM ACORDO COM REGINALDO, ELE LEU O LIVRO E MANDOU UMA RESENHA MUITO PORMENORIZADA SOBRE O LIVRO, QUE FORAM CONSOANTES A OUTRAS ASSOCIAÇÕES.

Joao Alchieri <jcalchieri@gmail.com>

Ter, 22/01/2019 14:05

abrapee@abrapee.psc.br;

fenpb@fenpb.org

+10 pessoas

□

Resenha _Reversão Sexual_ para APBJ.pdf

23 KB

prezados colegas a ABPJ não endossa a apoio a publicação do **livro** conforme apreciação abaixo.

Atenciosamente

Seguindo para a pauta, Rogério passa a palavra para **Lívia Tartari – ABPJ**. Lívia pede para trocar a sequência dos pontos e inicia o ponto 10,

Alienação Parental e manifestação nas mídias sociais, pedi para o CFP dados do GT da APAF sobre o tema. Iolete Ribeiro – CFP não pode estar presente na reunião, mas enviou e-mail informando que o GT ainda não finalizou o material, mas a tarefa está em andamento. Está sendo produzido um caderno de textos para que os CRPs, em 2019, façam os debates e possam construir um posicionamento do sistema conselhos sobre o tema. Retomei o interesse de compor o GT, mas o CFP esclarece que como este GT é da APAF não é possível incluir membros, ele é constituído somente pelos Regionais durante a APAF. Ela insiste com a preocupação do material se tornar algo muito teórico e não relacionado com a prática e que aguardará a finalização da proposta.

Passando para o ponto 9 da pauta, **Depoimento Especial, Livia Tartari – ABPJ** solicita o andamento do tema. Margarete Silles, colaboradora do CFP, retoma a decisão do agendamento da reunião presencial **no dia 24 de janeiro de 2019**, em Brasília, para formação do GT do FENPB e início das tarefas. O GT deverá ser composto pelas seguintes entidades: CFP, ABPJ, IBAP, ABPP, ABRAPEE, ABEP, ABPD e CONEP. Rogério alerta que o caminho para tratar o tema é definir e se pensar em construir subsídio para fazer chegar no CNP. Reunião aprovada no dia 24 de janeiro, em Brasília.

Livia Tartari – ABPJ deu início ao ponto 11 da reunião, **Descontos nos congressos e seminários das entidades do FENPB**, pedindo posicionamento sobre este ponto. Fabian esclarece que na reunião de 26 de abril de 2018, este ponto foi discutido e foi aprovado por unanimidade a definição de desconto, conforme segue: *“Aprova-se por unanimidade que as entidades abram uma categoria de inscrição em seus congressos para desconto para filiados às entidades do FENPB”*. Pautar no planejamento como operacionalizar a formalização de descontos de forma fixa para todos os eventos.

Próximas reuniões ordinárias do FENPB: 21 de fevereiro das 9h às 17h em Brasília, 23 de maio das 9h às 17h em Brasília, 15 de agosto das 9h às 17h em Brasília, 10 de outubro das 9h às 17h em Brasília e 05 de dezembro das 9h às 17h em Brasília.

Por ter sido uma demanda da ABPJ, farei um recorte e cole da Ata da Reunião sobre Escuta Especializada com FENPB - 24 de janeiro de 2019

Participantes:

Iolete Ribeiro (Conselho Federal de Psicologia - CFP)

Flávia Cristina Silveira Lemos (Associação Brasileira de Ensino em Psicologia - ABEP)

Jonas Marssaro (Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia - CONEP)

Lívia de Tartari e Sacramento (Associação Brasileira de Psicologia Jurídica - ABPJ)

Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga (Associação Brasileira de Psicologia Política - ABPP)

Tamires Lopes Ferreira (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE)

No dia 24 de janeiro de 2019, às 9:20 da manhã, na sede do Conselho federal de Psicologia em Brasília, Iolete Ribeiro deu boas vindas aos presentes. Informou-lhes que o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP) justificou a ausência e a Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD) não compareceu.

Histórico:

Inicialmente foi apresentada a composição do GT e sua finalidade, conforme aprovado em reunião do FENPB em agosto de 2018.

Esse Grupo de Trabalho (GT) tratará da escuta especializada de Criança e Adolescente envolvidas em situação de violência sexual. Iolete Ribeiro apresentou um pequeno histórico da discussão do tema e da conjuntura após a aprovação da Lei 13.431 de 2017. Informou que o CONANDA entendeu ser importante regulamentar a nova normativa. Aquele conselho chegou a elaborar uma minuta de decreto, mas, por fim, o Ministério de Direitos Humanos

encaminhou outro texto à Casa Civil. É preciso diferenciar o Depoimento Especial e a Escuta Especializada, pois há debates, em nível federal entre Poder Executivo e Poder Judiciário, de não se colocar a rede de proteção como um mero instrumento judicial, como seria no caso de instituir procedimentos de inquirição em equipamentos do SUAS e do SUS.

Há casos graves em que juízes determinam a psicólogos do SUAS de municípios menores que procedam a laudos. No caso de não cumprimento, esses profissionais são ameaçados de prisão por não cumprimento de ordem judicial. O Brasil tem uma realidade complexa que não pode ser vista apenas pelo viés de Tribunais de Justiça (TJs) específicos. Apesar de ter havido o referido debate quando da elaboração da minuta de decreto, não se possível estabelecer um fluxo único de encaminhamento de casos de violência sexual.

O Sistema de Justiça não respeita os limites da atuação das políticas públicas integrantes da rede de proteção à infância e adolescência.

Atualmente, um documento orientador é o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual (PNEVSCA), que terá vigência até 2020. Posto que seja importante punir responsáveis, o enfrentamento não pode se restringir à responsabilização.

Um eixo importante do Plano refere-se à atenção, em que se incluem a Saúde, o SUAS e Educação. Já houve programas específicos para o MEC, como o Programa Escola que Protege, que mas não teve continuidade, e o Saúde na Escola, que não aborda de forma específica as questões de sexualidade e enfrentamento à violência sexual. No âmbito do Ministério da Justiça existem ações ligadas à Polícia Rodoviária Federal. Há, ainda, no Ministério dos Direitos Humanos, o Disque 100, que ampliou o atendimento para receber denúncias sobre violações de Direitos Humanos. Apesar de haver vultoso número de denúncias, não existe informação sobre a resolutividade dos casos.

Lívia Sacramento afirmou procurar o CFP em 2016 como representante da ABPJ. Disse que a AASPTJSP é contrária ao depoimento especial, mas seria importante que todos fossem ouvidos e convidados, inclusive a ABPJ. Disse ter participado de reuniões na Câmara dos Deputados antes de a Lei ter sido aprovada. Solicitou informações sobre o posicionamento em relação à

Alienação Parental questionando que o CFP construiu posição sem consultar a ABPJ. Cida Malagrino comentou que fez pesquisa em 37 Conselheiros Tutelares de São Paulo. A pesquisa apontou que quase 80% desses conselhos eram coordenados por evangélicos. Seria importante promover um mapeamento assim em todo o Brasil.

Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual:

Iolete Ribeiro lembrou que o GT constituído pelo CFP, IBAP, ABPJ, ABPP, ABEP, ABRAPEE, ABPD, CONEP para construção de publicação que contribua com a formação e a atuação dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes na perspectiva da afirmação das políticas públicas de proteção integral à infância, conforme aprovado na reunião do FENPB. Portanto, o escopo da discussão não se restringe ao depoimento especial, enfocando-se a promoção dos direitos sexuais e o enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. As instâncias adequadas para discussão sobre a inquirição judicial referida pela Livia deve ser o Congresso Nacional de Psicologia, que desde 2007 tem reafirmado que inquirição não é prática profissional da psicologia. Em relação à Alienação Parental, por exemplo não existem deliberações dos CNPs. Por esse motivo, quer-se produzir debates. Foi esclarecido que qualquer regulamentação profissional não é ditada diretamente pelo CFP, mas passa por discussões nos CRPs que, reunidos na APAF, deliberam sobre o assunto. Esta sendo produzido um caderno de textos disparadores do debate, que serão enviados aos CRPs para que se inicie a discussão no Sistema Conselhos e futuramente seja construído posicionamento, material ou outros encaminhamentos.

Em relação ao PNEVSCA, o CONANDA produziu um documento avaliativo com dados do monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual que, em breve, será publicado.

Após discussões o GT entendeu ser importante a utilização do PNVSCA como referência para a construção de documento do FENPB sobre o assunto. Quanto ao plano de trabalho do grupo, os eixos do Plano Nacional são:

I) Análise da Situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas.

II) Mobilização e Articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos e etc.

III) Defesa e Responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.

IV) Atendimento - garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.

V) Prevenção - assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.

VI) Protagonismo Infantojuvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos.

Há necessidade da existência de um plano para organizar uma política pública. Na área de Criança e Adolescente, há planos específicos como o SINASE ou o trabalho infantil, mas não havia algo que englobasse todas as políticas públicas voltadas para área, até a construção do Plano Decenal e da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes, no entanto essa intenção de integração dos planos ainda não logrou sucesso. O Sistema para Infância e Adolescência (SIPIA) foi criado como um sistema de informação de conselhos tutelares, mas não foi implementado nacionalmente. Não há, por exemplo, sistema nacional que integre delegacias no país. Já houve vários esforços de implementação desse sistema, mas não houve adesão dos estados. Assim, o Brasil não conta com dados a partir da segurança pública. Esses são alguns dados que demonstram a importância de se investir no PNEVSCA para disseminar suas propostas. Além disso é essencial monitorá-lo.

Jonas Marssaro sugeriu que, uma das estratégias do GT, seja levar o tema da discussão do enfrentamento à violência sexual à formação de

estudantes de Psicologia. Muitas vezes, as instituições de ensino não trazem debates sobre a exploração sexual. Flávia Lemos sugeriu produção de um documento que contemple os eixos do Plano de Enfrentamento.

Tamires Ferreira concordou com a necessidade de se realizar análise de conjuntura, sobretudo por se considerar comumente que Psicologia e política não devem se misturar. No âmbito da escola, formação sobre educação sexual deveria ser destinada não apenas a professores, mas, também, a todo o corpo funcional. Nesse sentido, ABRAPEE e ABEP devem estar juntas. Pediu-se que o tema da medicalização conste entre as estratégias do GT de Criança e Adolescente do FENPB. É preciso considerar as discussões do assunto no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Quer-se fazer um relatório que mapeie fluxo e políticas existentes de enfrentamento à violência e exploração sexual. Lívia Sacramento sugeriu que se faça parceria com TJ-SP, Universidades Federais e a Childhood. Os dados deverão contemplar áreas da Segurança, Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos e ostentar informações qualitativas oficiais que se relacionam à violência sexual e exploração.

Sugeriu-se que a ABPP faça levantamento dos simpósios em Psicologia Política sobre violência contra mulher e criança, averigue trabalhos sobre análise de políticas públicas sobre enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente. A ABEP poderia empreender a pesquisa de modo a priorizar aspectos para formação profissional. CONEP poderia ver estratégias para mobilizar estudantes. A ABPJ poderia centrar a pesquisa apontando os fluxos dentro de equipamentos de justiça. A ABRAPEE poderia pesquisar sobre prevenção nas escolas.

Encaminhamentos:

- As entidades do GT de Criança e Adolescente do FENPB deverão produzir um relatório relacionado ao eixo I do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual “Análise da Situação”. Primeiramente as entidades deverão fazer levantamento de materiais que apresentem informações e dados objetivos dos equipamentos da rede de proteção de Criança e Adolescente.

- Fazer um grupo de e-mails e de whatsapp.
- Mapeamento deve constar no relatório:
- O GT deverá levar as propostas de ação com a possibilidade do tema “Educar não é prevenir?” ao FENPB. A ideia da campanha com esse tema é que as instituições ligadas à Psicologia considerem modos de contribuir com a prevenção à violência e exploração sexual.

- Será realizado diálogo digital em 15 ou 17 de maio de 2019. Iolete Ribeiro será mediadora. Sugeriram-se nomes como Reginaldo Torres Alves Júnior, Débora Dopra, Maria Lúcia Pinto Leal (UNB), Jean Von Hohendorff (Rio Grande do Sul).

- Levantar materiais, marcar mais uma reunião presencial, dividir a partir da segunda reunião a produção dos textos.

- Em cada congresso de entidades do FENPB, este GT proporá uma mesa a fim de sensibilizar a formação para o enfrentamento à violência e exploração sexual. Promoção dos direitos sexuais. Cada uma das associações do GT estaria nas mesas. Os membros do grupo proporão as mesas e indicarão participantes por e-mail.

- 13 a 15 de junho: ABEP em João Pessoa.
- 25 a 28 de junho: IBAP em Salvador.
- 03 a 05 de julho: ULAPSI em Recife.
- 28 a 31 de agosto: ABRAPE em Campo Grande.
- 02 a 05 de outubro: ALFEPSI em Medellín.
- 15 a 17 de novembro: ABRAPSO em São Paulo.
- A próxima reunião do GT de Criança e Adolescente do FENPB será no dia 23/04/2019 em Brasília.

Impressões

Fiquei bastante frustrada com o curso que o GT tomou, mas ele foi revisto na reunião do FENPB de Fevereiro, que ainda não recebemos a Ata. Mas, Fernanda da FENAPSI quando eu li parte do que estava na ata acima ponderou que o GT não tinha sido criado para aquilo e sim para construção de publicação que contribua com a formação e a atuação dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes na perspectiva da afirmação das

políticas públicas de proteção integral à infância e seria constituído com as entidades CFP, IBAP, ABPJ, ABPP, ABEP, ABRAPEE, ABPD, CONEP.

Então, esperamos que na reunião de 23 de Abril em Brasília o rumo seja retomado.

Pretendemos estar presentes eu e Reginaldo, caso a nova diretoria não se oponha, pois fomos nós que acompanhamos o desenrolar das discussões no FENPB. Por ele morar em Brasília facilita em relação aos custos, pois o CFP só paga para uma pessoa, no caso eu.

Entendo também que seja importante manter sempre a mesma pessoa nas reuniões, pois os assuntos sempre se repetem e se mudar a pessoa ela fica perdida. Reginaldo me falou que sentiu isso na reunião que ele foi, por impossibilidade de eu comparecer e eu também senti na reunião seguinte a que não compareci.

Faltará pautar a ATA da reunião de 21 de Fevereiro de 2019, pois ela deverá chegar nas vésperas da realização da reunião de Maio.

Reuniões ordinárias do FENPB de 2019: 21 de fevereiro das 9h às 17h em Brasília (eu fui), 23 de maio das 9h às 17h em Brasília, 15 de agosto das 9h às 17h em Brasília, 10 de outubro das 9h às 17h em Brasília e 05 de dezembro das 9h às 17h em Brasília.

Concomitante ao ponto da representação da representação no FENPB tinha proposto a possibilidade de criar uma Secretaria para assuntos Interinstitucionais.